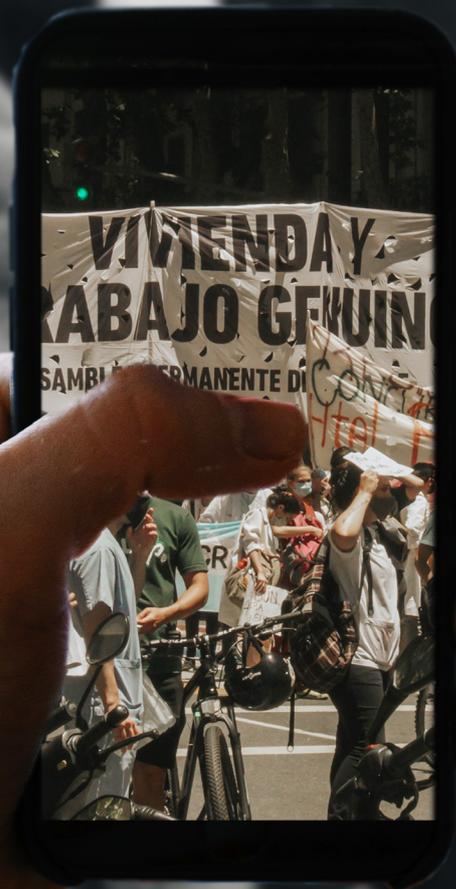


América Latina em Perspectiva:

cultura política, crise da democracia
liberal e ressurgimento autoritário

Fábio Hoffmann
Organizador



Organizador
Fábio Hoffmann

América Latina em perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2021

© 2021, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Editoração: Laura Valerio Sena

Diagramação: Laura Valerio Sena

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: Valéria Lago Luzardo

ISBN 978-65-89284-15-4

Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284154>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H711	Hoffmann, Fábio América Latina em perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário / Fábio Hoffmann (Organizador). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021. 75 p. PDF - EBOOK Inclui Bibliografia. ISBN 978-65-89284-15-4 DOI: 10.23899/9786589284154 1. América Latina. 2. Cultura política. 3. Ressurgimento autoritário. I. Título. CDU: 32 CDD: 320
------	---

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Me. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Weldy Saint-Fleur Castillo
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Me. Fábio do Vale
Editor-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Me. Giovanni Orso Borile
Editor-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editor-Assistente

Bela. Laura Valerio Sena
Editora-Assistente

Ma. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Editora-Assistente

Me. Ronaldo Silva
Editor-Assistente

Dra. Dayana A. Marques de Oliveira Cruz
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Fábio Hoffmann</i>	
Cultura política, democracia e capacidade de Estado na América Latina	10
<i>Fábio Hoffmann</i>	
Corrupção e capital social: uma análise culturalista	23
<i>Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha e Raquel Peres de Macedo</i>	
El Uruguay progresista: la desconexión moderada de una cultura política democrática	37
<i>Rodrigo Enrich de Castro e Lucía Selios Lemes</i>	
Argentina, Brasil e Venezuela como artífices do progressismo Sul-Americano face à hegemonia estadunidense até o avanço conservador	50
<i>Renata Peixoto de Oliveira e Hannah Guedes de Souza</i>	
Populismo e articulações no século XXI	62
<i>Sandra Regina Barbosa Parzianello</i>	

Apresentação

Os valores, as percepções e as atitudes das pessoas com o sistema e, mais especificamente, o regime político está em plena mudança no início do século XXI. Apesar da adesão relativa à democracia, as pessoas sentem-se cada vez mais insatisfeitas com o modo como o regime vem funcionando (CASTRO; SANTOS; BEAL, 2020; CHU et al., 2020) e a confiança política – de uma maneira geral –, vem declinando consistentemente desde as últimas décadas (PHAR; PUTNAM; DALTON, 2000; CATTERBERG; MORENO, 2005; MOISÉS, 2005; 2010; 2013; RIBEIRO, 2011; NORRIS, 1999; 2011; WIKE; FETTEROLF, 2018; SANTOS; HOFFMANN; DUARTE, 2020), impactando inclusive as gerações mais jovens (FOA; MOUNK, 2016; 2017; BAQUERO; MORAIS, 2019).

Tanto o apoio difuso quanto o apoio específico são de extrema importância para o funcionamento do regime e do sistema político em geral (EASTON, 1957; 1968; 1975; INGLEHART, 1993; CLAASSEN, 2020a; 2020b). E embora regimes democráticos necessitem de um apoio mais explícito, regimes autoritários e híbridos igualmente não podem sobreviver somente de repressão e fechamento, acabando, portanto, também por requisitar de parte da sociedade o apoio para a legitimidade. Em última análise é o apoio social que sinaliza os rumos do regime, sendo assim, o crescimento da adesão à agenda do populismo autoritário em diversos países nos últimos anos trouxe uma preocupação redobrada para os pesquisadores do tema.

Da Hungria de Viktor Orbán à Turquia de Recep Erdogan, das Filipinas de Rodrigo Duterte aos Estados Unidos polarizado de Donald Trump e agora Joe Biden, da França de Marie Le Pen ao Reino Unido apartado da União Europeia, da Holanda de Geert Wilders e Thierry Baudet, passando pela Itália de Matteo Salvini e chegando ao Brasil de Jair Bolsonaro, todos eles ancorados pelo apoio de parcela considerável da sociedade de seus países. Enquanto a resiliência da democracia liberal mostra esgotamento em diversos cantos, os valores autoritários florescem na insatisfação crescente com o regime.

No caso da América Latina não se pode dizer que a democracia liberal tenha apresentado retrocesso. Na verdade, ela nunca chegou a se constituir plenamente, apenas apresentando por estes lados um resultado inercial (BAQUERO, 2018). Enquanto a democracia eleitoral presente nos países latino-americanos não avançar para uma dimensão substantiva, ou seja, reduzindo desigualdades e garantindo direitos, esta região não conseguirá se livrar de sua cultura política autoritária, o que constitui um

terreno fértil para o discurso populista florescer diante da baixa legitimidade do regime democrático e com suas regras permanentemente instáveis.

Os artigos que compõe este livro *América Latina em Perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário* procuram investigar algumas destas mudanças. Transformações que vêm dando suporte para o crescimento de agendas das mais variadas, desde plataformas reformistas, mas também aquelas ligadas ao ressurgimento autoritário em detrimento do pluralismo democrático.

Ao todo são cinco artigos. O artigo trazido por mim aborda a questão da cultura política, da democracia e da capacidade de Estado na América Latina. Usando dados do Variedades de democracia, aponto que há Estados na América Latina que são de alta capacidade, e que é necessário avançar para além das epistemologias estabelecidas que colocam os países da América Latina num mapa de atraso estatal e contemplados com culturas políticas que seriam avessas à democracia (liberal).

O artigo trazido pela Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha e Raquel Peres de Macedo analisam os aspectos teóricos sobre o acúmulo de capital social no Brasil e seu vínculo com a corrupção sob uma matriz teórica da cultura política. Para as autoras, apesar de haver desafios quanto à definição do conceito, e da percepção generalizada sobre o fenômeno, que chega tanto às esferas pública e privada, o capital social, nesse caso, pode ser um elemento fundamental na geração de práticas sociais de combate a corrupção, uma vez que o vínculo entre desconfiança pessoal/institucional e percepção de corrupção se estabelece.

O artigo de Rodrigo Enrich de Castro e Lucía Selios Lemes explora a cultura política entre os uruguaios. Partindo da hipótese de Caetano e Selios (2016), os autores trazem evidências para argumentar que o apoio à democracia uruguaia está mudando, e ela vem se revelando principalmente nos valores e nas opiniões das pessoas em relação ao regime. Apesar de ser umas das democracias mais sólidas da América Latina, esta mudança vem afetando principalmente os grupos mais jovens, que estão deixando de ser mais inclinados à moderação e estão cada vez mais abertos a alternativas que envolvam escolhas autoritárias.

O artigo de Renata Peixoto de Oliveira e Hannah Guedes de Souza aborda a questão da crise enfrentada pelo progressismo na América Latina, destacando o papel de Brasil, Argentina e Venezuela, e analisando-a em face às relações estratégicas envolvendo os Estados Unidos. Para as autoras, no auge da onda progressista estes países tiveram um papel de destaque ao sustentarem um novo projeto político e econômico para a região, mas que depois, foram justamente estes mesmos países que

se tornaram o epicentro da crise democrática e de instabilidades políticas permanentes.

E por fim, artigo de Sandra Regina Barbosa Parzianello explora as articulações populistas no século XXI, propondo-nos a pensar na ressignificação ocorrida com o poder nas primeiras décadas do século XXI. Sua matriz teórica analítica está amparada na teoria pós-estruturalista do discurso, mais especificamente em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para a autora, o populismo no século XXI se articula porque não temos outra forma para as questões envolvendo a precariedade e as intempéries que sinalizam as transições e o amadurecimento das democracias liberais.

Apesar da promessa de que o futuro será democrático (WELZEL, 2021a, 2021b), é inegável que a autocratização ganhou o protagonismo em diversos lugares nos últimos anos (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019). Desde o trabalho pioneiro de Almond e Verba ([1963] 1966), os valores, as atitudes e comportamentos, ou seja, a cultura política passou a ser objeto de maior atenção da pesquisa social. Como estes elementos estão em processo de mudança e ebulição, nada mais oportuno do que fornecer aos pesquisadores um canal apropriado por meio deste livro para que as investigações que contemplem estas agendas possam transitar e fomentar a divulgação científica.

Desejo uma boa leitura.

Fábio Hoffmann

Referências

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in Five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BAQUERO, M. **Democracia Inercial**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

BAQUERO, M.; MORAIS, J. A. de. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 12, n. 28, p. 42-63, jan./abr. 2019.

CASTRO, H. C. de O. de; SANTOS, D. de O.; BEAL, L. I. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. **Revista Debates**, v. 14, n. 3, p. 99-125, set./dez. 2020.

CATTERBERG, G.; MORENO, A. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. **International Journal of Public Opinion Research**, Oxford, v. 18, n. 1, p. 31-48, 2006.

CHU, Y. *et al.* A lost decade for third-wave democracies? **Journal of Democracy**, v. 31, n. 2, apr., p. 166-181, 2020.

América Latina em perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário

Apresentação

CLAASSEN, C. Does public support help democracy survive? **American Journal of Political Science**, v. 64, n.1, p. 118-134, jan., 2020a.

CLAASSEN, C. In the mood for democracy? democratic support as thermostatic opinion. **American Political Science Review**, v. 114, n. 1, p. 36-53, feb. 2020b.

EASTON, D. An approach to the analysis of political systems. **World Politics**, v. 9, n. 3, p. 383-400, apr. 1957.

EASTON, D. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435-457, oct. 1975.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The danger deconsolidation: the democratic disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 05-17, jul. 2016.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The signs of deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 5-15, jan. 2017.

SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F.; DUARTE, S. A (des)confiança dos brasileiros na democracia. **Revista Opinião Jurídica**, v. 18, n. 27, p. 170-191, jan./abr. 2020.

INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, v. 1, n. 1, p. 9-67, jul/ago. 1993.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. 2019. A third wave of autocratization is here: what is new about it? **Democratization**, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, mar. 2019.

MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, J. Á. **Democracia e Desconfiança das Instituições Democráticas** In: MOISÉS, J. Á. (Org.). **Democracia e Confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (Orgs). **A Desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

NORRIS, P. The Growth of critical citizens? In: NORRIS, P. (Ed.). **Critical citizens**: global support for democratic governance. New York: Oxford University, 1999.

NORRIS, P. **Democratic deficit**: critical citizens revisited. Spring: Cambridge University, 2011.

PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D.; DALTON, R. J. A quarter-century of declining confidence. **Journal of Democracy**, v. 11, n. 2, p. 5-25, apr. 2000.

RIBEIRO, E. A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 167-182, jun. 2011.

WELZEL, C. Why the future is democratic. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 2, p. 132-144, apr. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1353/jod.2021.0024>>.

WELZEL, C. Democratic Horizons: what values changes reveals about the future of democracy. **Democratization**, DOI: <<https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1883001>>.

América Latina em perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário

Apresentação

WIKE, R.; FETTEROLF, J. Liberal democracy's crisis of confidence. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 4, p. 136-150, oct. 2018.

Cultura política, democracia e capacidade de Estado na América Latina

Fábio Hoffmann*

Introdução

A democracia não passa por um bom momento em muitos lugares. Markoff (2013) e Schmitter (2015) argumentam que ela vem passando por uma fase de transição frente a uma realidade social que traz desafios muito mais complexos do que aqueles no qual ela foi pensada originalmente. Mainwaring e Bizzarro (2019), Levitsky e Way (2015) falam em crise, defendendo a ideia de que erosões significativas não ocorreram e que os ganhos globais permanecem estáveis desde a última onda de democratização (HUNTINGTON, 1994). Diamond (2015; 2017) e Bermeo (2016) alertam para a ocorrência de uma recessão democrática, ou ainda, que uma onda de autocratização vem ganhando força globalmente (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019).

Apesar de Welzel (2021a; 2021b) encontrar um horizonte de longo prazo favorável à democracia, o fato é que o modelo liberal deste tipo de regime vem sofrendo revezes importantes que devem reforçar a sirene de alerta. A escalada autoritária promovida pelo Republicano Donald Trump nos Estados Unidos só foi possível em razão da existência de uma cultura política que a sustentasse. O mesmo pode ser afirmado sobre o avanço da extrema direita no Brasil com Jair Bolsonaro, na Hungria com Viktor Orbán, e na crescente disfuncionalidade que esse modelo de democracia vem permitindo em países como a Bolívia, Colômbia, México, e no caso mais emblemático da região, a Venezuela.

A maior parte das análises sobre a democracia, todavia, deixa de considerar a cultura política que a sociedade apresenta, seja ela regional, nacional ou até mesmo local. E quando o fazem, assumem um caráter nitidamente normativista. Outras vezes, deixa também de levar em conta que a adaptação dos Estados nacionais – em seus

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Ciência Política Pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Pesquisador associado ao Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC).
E-mail: molahms@gmail.com

diferentes estágios de desenvolvimento — a esse modelo está imbricada ao seu capitalismo associado. Isso quer dizer que ferramentas teóricas construídas para explicar a democracia em países desenvolvidos podem ajudar pouco quando a realidade não constituir nações de capitalismo avançado. Esse é o caso da América Latina e outras regiões como África, Oriente Médio e Leste Europeu.

O objetivo deste texto é ampliar a compreensão da realidade latino-americana sob a lente da cultura política, e com a discussão do conceito de capacidade de Estado. Não obstante, se procura fugir da normatividade ao mesmo tempo em que não deixa de criticar também os limites desse campo para a explicação da realidade regional. Assim, a distribuição do texto segue em: uma breve descrição da evolução nos estudos de cultura política, trazendo na sequência características apresentadas pela região latino-americana descritas em alguns estudos; em seguida, a discussão e a caracterização do conceito de capacidade de Estado e aspectos da institucionalização democrática na América Latina, se valendo de dados do Instituto de Pesquisa Independente Variedades de Democracia (*Varieties of Democracy* ou V-Dem) para examinar algumas destas dimensões; e, por fim, a conclusão apresenta os desafios enfrentados, os principais resultados e quais pontos podem ser explorados em pesquisas futuras.

Cultura política e democracia na América Latina

A busca de uma relação entre cultura política e democracia é antiga, no entanto, a tradição moderna nos remete a duas obras centrais: *A Democracia na América*, de Aléxis de Tocqueville (1987) e *The Moral Basis of Backward Society*, de Edward Banfield (1958). Enquanto a primeira obra se refere à percepção de gênese de uma sociedade emergente nos Estados Unidos da América no século XIX, a segunda constitui um apelo voltado para a moral e a normatização quanto ao tipo de cultura específica encontrada numa cidade italiana de meados do século XX. No entanto, embora Tocqueville e Banfield constituam referências essenciais, foi com *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1966) que a cultura política encontraria na democracia um tema para uma agenda mais ampla de pesquisa empírica.

A pedra fundamental lançada por Almond e Verba levou a formação de uma agenda de pesquisas, na qual se buscava elementos e fatores culturais explicativos para justificar a ocorrência da democracia em determinados países, bem como a ausência dela em outros. Explorando dados de pesquisas *surveys* realizadas nos Estados Unidos, Alemanha, México, Itália e Reino Unido, Almond e Verba chegaram à conclusão de que estas sociedades apresentavam três tipos de cultura política: a participativa, a súdita e

a paroquial. Na primeira, havia um nível alto de envolvimento das pessoas com a vida social e política de suas comunidades, já quando se transitava do segundo tipo para o terceiro esse interesse ia diminuindo até chegar à sua ausência. O intrigante é que cultura política participativa era encontrada apenas nas sociedades democráticas de países considerados, então, desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e Reino Unido, enquanto os outros países pesquisados transitavam entre uma sociedade com cultura política de tipo súdita ou paroquial.

O elemento explicativo central para a formação de uma cultura política participativa – considerada essencial para a democracia – encontrava no protestantismo um argumento poderoso que ajudou a consolidar a agenda de pesquisas nesse campo. A alusão era de que, historicamente, as instituições religiosas protestantes ajudaram a promover o que Weber (1981) denominou de “ética protestante”. Baseados na tradição do trabalho, família e religião, os protestantes, além de promover o que o autor denominou de os “alicerces” do capitalismo, também contribuíram para desenvolver níveis mais elevados de confiança interpessoal e um alto grau de pluralismo social e cultural (FUKUYAMA, 1996; HUNTINGTON, 2002; LANDES, 2002; INGLEHART, 1993). Todos esses fatores concorreram para que a industrialização tenha “ocorrido nos países protestantes mais cedo do que no restante do mundo” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 99).

O argumento normativo é claro: sociedades que assumiram o protestantismo, trabalhavam, oravam e tinham na família um eixo social estruturante prosperaram e se democratizaram, enquanto outras que não seguiram o mesmo caminho encontravam dificuldades de desenvolver suas economias e ter um regime político mais aberto e plural. Ou seja, sociedades católicas como de países da América Latina, tribais como as africanas, e as de matrizes confucionianas, como as asiáticas. A epistemologia dominante do campo de estudos da cultura política quando volta suas lentes explicativas para países da América Latina reforça os traços de clientelismo, patrimonialismo e populismo que permaneceriam como elementos forjados pelo subdesenvolvimento de Estados tardios e verticais, associados por uma sociedade de tradição católica, o que acabava gerando uma incapacidade de institucionalização política que uma democracia estável demandaria.

Cultura política híbrida, fragmentária e a inercialidade democrática na América Latina

Como já observado, grande parte da literatura dominante dá destaque ao fato da América Latina fazer parte de uma zona cultural que carrega consigo traços e valores que, em grande medida, não determina, mas condiciona a sua evolução. Ela é majoritariamente católica e foi colonizada de forma exploratória em sua maior parte por espanhóis ou portugueses. O recurso da escravidão em grandes extensões de lavoura monocultural acabou por gerar mandonismos locais, como o caudilhismo e regimes oligárquicos de diferentes naturezas. Frente a uma sociedade desorganizada, maciçamente analfabeta e economicamente dependente ganha contorno dois traços que seriam característicos da região: o personalismo e o patrimonialismo. E à medida que os países latino-americanos foram se industrializando, a urbanização disforme ajudou a construir uma sociedade desorganizada, pouco empoderada e de baixo capital social.

Castro (2014), em suas análises, observou variáveis de natureza econômica e social, e chegou ao entendimento de que o tipo de cultura política formada em países como Argentina, Brasil e Chile (mas que pode ser estendida aos demais países da América Latina) é fragmentária, ou seja, diante de um contexto de enorme desigualdade, as pessoas são incapazes de discernir que seus problemas individuais se confundem com os problemas sociais, ao mesmo tempo em que não compreendem como os fenômenos políticos e econômicos os afetam de forma direta e indireta, e acabam transformando suas realidades cotidianas.

Baquero (1998) argumenta que o passado comum de exploração econômica na formação de Estados latino-americanos, a partir da metrópole, formou uma sociedade com a presença de uma cultura política híbrida. Uma cultura que misturaria avanços formais na dimensão procedimental da democracia, mas que ao mesmo tempo não conseguiria dismantelar problemas históricos enfrentados por estas sociedades, como: diminuição da desigualdade econômica, garantia plena dos direitos civis e sociais, fragilidade do Estado de direito e visão da política paroquialista e desempoderada. Há, portanto, na visão de Baquero (2018), a presença de um alto grau de inercialidade democrática em países da região, pois conseguem manter apenas aspectos minimalistas da democracia, como eleições e voto, procedimentos básicos de uma democracia eleitoral, mas não conseguindo efetivar avanços substantivos para uma democracia liberal plena.

A capacidade dos Estados Latino-Americanos

Capacidade de Estado é um conceito que vem ganhando espaço como variável explicativa, tanto na agenda institucional, quanto na cultura política. Baseado em duas dimensões: a primeira é originária da concepção weberiana a partir de um Estado com o monopólio legítimo da força física, ou seja, capacidade suficiente de manter o império da lei e mecanismos desenvolvidos de *accountability*; enquanto a segunda se estende a um Estado com capacidade de entregar bons serviços para sua população.

Tilly (1996), em um estudo sobre a concentração da coerção e a acumulação de riqueza em torno dos Estados Europeus, argumentou que eles foram capazes de acumular recursos como coerção e capital. A coerção pode ser traduzida, contemporaneamente, como o Estado de direito e a garantia do monopólio legítimo da força física, e o capital, em como estes Estados foram capazes de organizar a arrecadação e acumular riqueza suficiente para formar uma burocracia, monitorar a sociedade através do recenseamento e poder provê-la com serviços públicos (TILLY, 2013).

Além da coerção e acumulação do capital, Bourdieu (2014) chamou atenção para a dimensão simbólica de formação destes Estados. Para ele, os Estados, além de monopolizar a violência física, também devem ser capazes de promover a violência simbólica, uma vez que ela é a própria condição para a manutenção da violência física. De acordo com Bourdieu (2014, p. 37), nada disso é tão antigo assim,

[...] não é tão antigo o mundo em que esse tempo público é constituído, instituído, garantido simultaneamente por estruturas objetivas – calendários, os relógios –, mas também por estruturas mentais, por pessoas que querem ter um relógio e têm o hábito de consultá-lo, marcam compromissos e chegam na hora. Essa espécie de compatibilidade do tempo, que supõe tanto o tempo público como uma relação pública com o tempo, é uma invenção mais ou menos recente, que tem a ver com a construção de estruturas estatais.

A capacidade de Estado reside tanto nas estruturas objetivas que compõe a burocracia, sua arquitetura e seu desempenho, como também na estruturação subjetiva que compõe e forma a ordem pública, ou seja, na tradição, no respeito e na observância de regras e normas presentes tanto nas leis escritas, mas principalmente nas convenções sociais. O exemplo de Luís XIV, rei da França no período absolutista, ajuda na compreensão: seu reinado alterou violentamente regras de etiqueta para a nobreza,

títulos, calendários além de concentrar imenso poder simbólico na figura do Rei, contribuindo para a crença da sua máxima “L’État c’est moi”¹ (BOURDIEU, 1996; 2014).

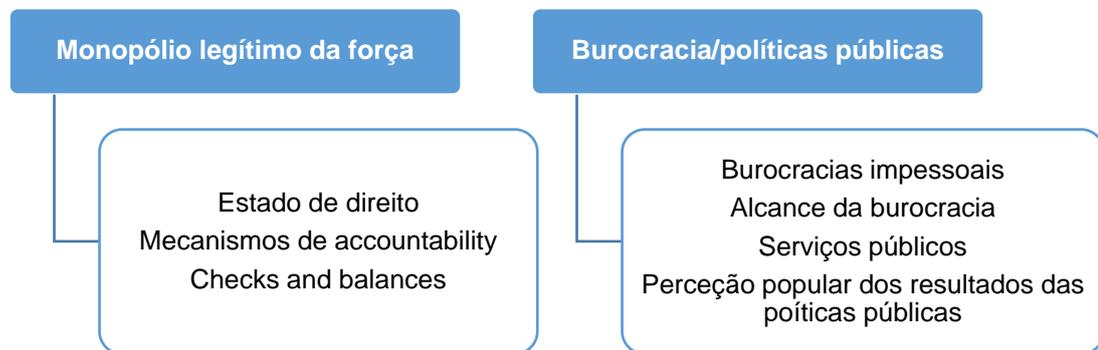
A separação da capacidade de Estado em duas dimensões pode ser encontrada em Norris (2012), que destacou a relação desta com a qualidade de uma democracia. A primeira é o Estado como detentor do monopólio legítimo da violência física e simbólica e sua competência para manter a segurança e Estado de direito (*rule of law*), garantindo o império da lei (*enforcement of law*); a segunda diz respeito ao corpo burocrático e sua capacidade para entregar bons serviços, a partir de características como meritocracia, plano de carreira avançado, certa independência das pressões que a conjuntura política possa fomentar e autonomia para promover estudos e implementar políticas públicas.

Segundo Tilly (2013), nenhuma democracia pode funcionar se o Estado não possuir a capacidade de programar, implementar e supervisionar as decisões realizadas através dos processos políticos públicos. Uma democracia com uma baixa capacidade, por exemplo, pode até tomar boas decisões, mas elas não conseguem ser traduzidas e implementadas em políticas públicas de forma efetiva.

A Figura 1 detalha as dimensões objetivas e subjetivas da capacidade de Estado. Como descrito anteriormente, tal composição envolve a presença de um Estado de direito (*rule of law*), a capacidade efetiva de aplicação de leis (*enforcement of law*), mecanismos de *accountability* vertical, horizontal e social, mecanismos de *checks and balances*, regras para o acesso e a promoção de uma burocracia impessoal que estenda serviços de qualidade para sua população e, mais ainda, que estes cidadãos reconheçam os resultados alcançados por esta burocracia estatal.

¹ “O Estado sou eu”. A violência simbólica, ou seja, a alteração radical nas regras de etiqueta e mudança comportamental promovida por Luís XIV pode ter origem na sua formação. Em Breviário dos políticos (1997), escrito pelo Cardeal Giulio Mazzarino, tutor de Luís em sua juventude, há um manual completo de comportamento para o Rei e para a Corte. Os ensinamentos, como a história mostra, foram aplicados de forma aprimorada pelo denominado Rei Sol.

Figura 1 - Dimensões da capacidade de Estado



Fonte: O autor (2021).

A institucionalização do modelo liberal de democracia pelos países latino-americanos

Os Estados latino-americanos, na sua gênese, foram antes uma imposição das metrópoles europeias mercantilistas em suas novas formas de alavancarem suas economias que uma evolução institucional e política de suas sociedades. A partir de Estados “transplantados”, portanto com dinâmicas “órfãs” (BADIE; HERMET, 1993), os jovens países da América Latina importaram ou inspiraram-se nos principais modelos de democracias ocidentais como os Estados Unidos, França e Inglaterra para a construção de seus regimes políticos.

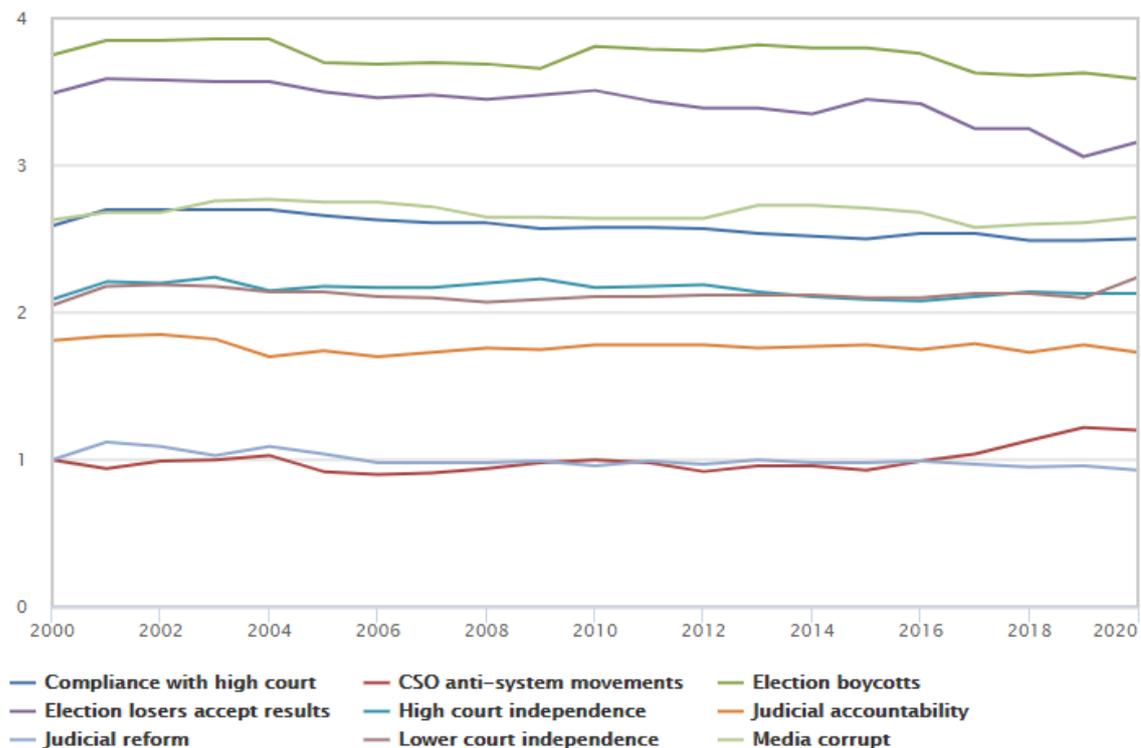
O processo histórico que culminou nos arranjos democráticos dos países ocidentais no norte, no entanto, é muito distinto do que levou a democracia aos países da América Latina. Enquanto no norte a formação do Estado Nacional levou ao surgimento de instituições representativas aristocráticas, que foram se democratizando em um processo intenso de luta social por ampliação de direitos civis e políticos (TILLY; CASTAÑEDA; WOOD, 2018; HERMET, 1997; LEFORT, 1987), na América Latina as instituições, representativas ao longo de suas histórias, nunca foram submetidas a uma efetiva pressão social para que democratizassem. A democracia na América Latina, na grande maioria dos casos, foi resultado de pactos verticais feitos entre elites e setores militares, o que fez com que, na sua gênese, ela nascesse regulada (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1988).

As instituições das democracias latino-americanas, historicamente, não se legitimaram a partir de pressões canalizadas na sociedade, e se pode dizer que enfrentam hoje o seguinte dilema: na ausência de um grau razoável de institucionalização, elas estão tendo que enfrentar aspirações e demandas sociais

legítimas que vêm pressionando por soluções urgentes para problemas cada vez mais complexos. É por esse motivo que a crise da democracia liberal afeta em um maior grau as democracias latino-americanas em seu modelo importado. Conseqüentemente, os traços apresentados constituintes da cultura política na região são elementos importantes a serem considerados em análises mais expandidas.

O Gráfico 1, a partir dos dados do instituto Variedades de Democracia, traz a desagregação de alguns dos componentes presentes nas dimensões apresentadas da democracia. Tais componentes dizem respeito à conformidade dos outros poderes com a Alta Corte do país, se os perdedores aceitam os resultados das urnas tomando seus espaços de oposição institucionalizada, a presença de movimentos antissistemas, se há boicotes eleitorais, se existe independência tanto da Alta Corte quanto das baixas Cortes, se há reformas e mecanismos de *accountability* no judiciário, e o grau de corrupção da mídia.

Gráfico 1 - Aspectos da institucionalização democrática na América Latina

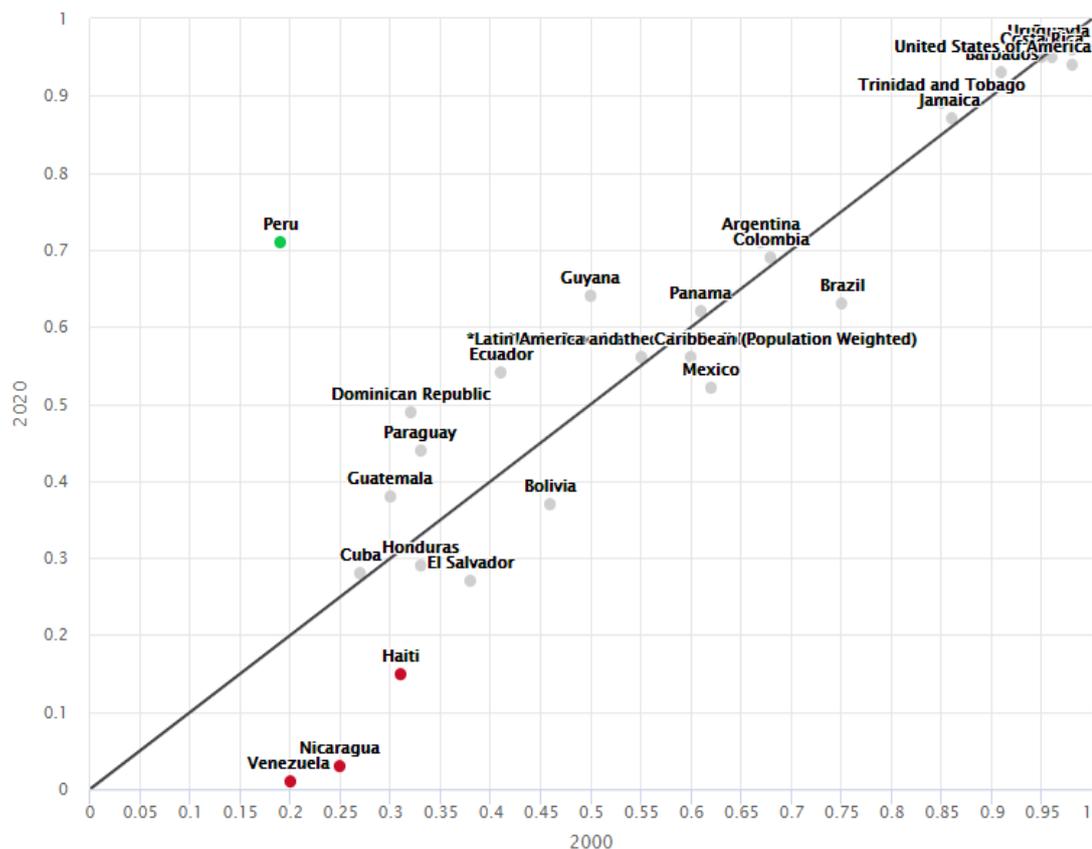


Fonte: Variedades de Democracia (2000 - 2020).

O Gráfico 1 deve ser entendido dentro da escala 0 a 4, ou seja, quanto mais próximo de 4 melhor posicionado está um determinado componente e, ao contrário, quanto mais próximo de 0, menor ele se encontra. Quando se observa longitudinalmente, os boicotes eleitorais oscilam negativamente, movimentos antissistemas vêm crescendo, ganhando impulso principalmente a partir de 2016 e os perdedores de eleições aceitam menos os resultados das urnas hoje que no passado recente. A corrupção na cobertura da mídia é considerada alta, e os demais índices mantêm estabilidade, com destaque, no entanto, para a independência da alta corte, que está melhor em 2020 do que esteve em 2000.

O Gráfico 2 abaixo diz respeito ao Estado de direito, nele se observa que Venezuela e Nicarágua apresentavam, em 2000, índices melhores que o de países como Paraguai, Guatemala e Haiti. Todavia, ambos declinaram e, em 2020, são os que detêm os menores índices de Estado de direito entre os países das Américas. Para efeito de comparação, o Canadá tinha 0.98, em 2000, de índice de Estado de direito, e, em 2020, apresenta 0.96 – é o melhor Estado quando comparado com os demais, ao lado de Uruguai (0.96) e seguido de Costa Rica (0.95), sendo esses dois últimos os países latino-americanos que possuem os melhores índices de Estado de direito.

Gráfico 2 - Estado de direito nas Américas²



Fonte: Variedade de Democracia (2000 – 2020).

Estes argumentos e a sua base empírica trazem resultados importantes, mas que isolados não podem justificar que a cultura latino-americana constitui causalidade central para uma baixa capacidade de Estado, pois zonas culturais diferentes também têm apresentado problemas similares. Problemas de capacidade de Estado e déficits democráticos são cada vez mais recorrentes também em países denominados de capitalismo avançado (NORRIS, 2012). A crise do modelo liberal de democracia é complexa e provoca uma nova rodada nas discussões de que existiriam culturas “melhores” ou mais receptivas para com este tipo de regime, e que tais culturas também apresentam melhores resultados em relação à capacidade de Estado.

² Componentes que fazem parte do índice do Estado de direito: acesso à justiça para homens e mulheres; suborno envolvendo executivos; trocas corruptas no setor público; *accountability* judicial; respeito pela constituição por parte do executivo; administração pública rigorosa e imparcial; decisões da baixa e alta corte em conformidades; independência dos tribunais regionais; independência da alta corte de justiça.

Conclusões

A democracia liberal vem apresentando disfuncionalidade tanto em países da terceira onda democrática quanto em países de capitalismo avançado e com valores considerados pós-materialistas. O populismo autoritário do qual Donald Trump foi causa e consequência, as consequências que levaram ao Brexit na saída da Grã-Bretanha do Bloco Europeu, a crescente polarização social em torno de temas como imigração, xenofobismo, racismo, terrorismo, neonacionalismo tem feito com que movimentos de extrema direita ganhassem espaço em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Fenômenos que eram associados a sociedades consideradas atrasadas como o populismo, personalismo, autoritarismo estão cada vez mais presentes em sociedades de “primeiro” mundo.

Não se pode justificar, apenas, que fatores culturais como uma cultura política híbrida ou fragmentária sejam responsáveis pela instabilidade nos regimes democráticos que países da região apresentam. Estes fatores podem ajudar a caracterizar, mas não esgotam as explicações para a baixa legitimidade institucional latino-americana. Da mesma forma, a capacidade de Estado deve ser tomada como variável explicativa apenas quando não deixar de considerar as especificidades sociais, políticas e culturais regionais e nacionais.

Os dados revelaram que são grandes os desafios apresentados pelas democracias e Estados latino-americanos. Os maiores são apresentados por Nicarágua e Venezuela que, ao longo da série temporal, deterioraram profundamente componentes da capacidade de Estado, e mesmo de simples componentes de democracia eleitoral. O caso venezuelano é emblemático, pois esvaziou espaços institucionais para a prática da contestação, persegue e prende opositores, realiza eleições comprovadamente fraudulentas, embala a alta corte e cerceia constantemente meios de comunicação independentes.

Por outro lado, a América Latina tem no Uruguai e na Costa Rica, para citar apenas dois países bem conhecidos, bons exemplos de desempenhos na grande maioria das variáveis analisadas. Esses casos permitem que se conteste a tese de que a institucionalização democrática e a capacidade de Estado seriam mais baixas na América Latina. Os limites explicativos do conceito de capacidade de Estado parecem bem claros quando observamos comparativamente estes componentes entre os países da América Latina e os da América do Norte.

Mas, os desafios ainda são grandes para os regimes democráticos da região latino-americana. Como se descreveu, as tentativas de implantação dos modelos de democracia liberal, tal quais foram formuladas para países europeus, não saíram como o esperado. A crença na normatividade trazida pelo império da lei não revolucionou padrões de comportamento em cidadãos latino-americanos. Isso simplesmente quer dizer que leis e padrões de burocracia que são boas para as sociedades do norte, podem vir a não ser para as latino-americanas.

Referências

- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- BADIE, B.; HERMET, G. Las dinámicas huérfanas. In: BADIE, B.; HERMET, G. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura, 1993.
- BANFIELD, E. C. **The Moral Basis of a Backward Society**. Glencoe: The Free Press, 1958.
- BAQUERO, M. **Qual democracia para a América Latina?: capital social e empoderamento são a resposta?.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- BAQUERO, M. **Democracia Inercial**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- BERMEO, N. On democratic backsliding. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 1, p. 5-19, jan. 2016.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CASTRO, H. C. de O. de. **Cultura política comparada**: Brasil, Argentina e Chile. Brasília: Verbena, 2014.
- DIAMOND, L. **O espírito da democracia**: a luta pela construção de sociedades livres em todo mundo. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.
- DIAMOND, L. **Para entender a democracia**. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.
- FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- HERMET, G. **A democracia**. Lisboa: Editora Piaget, 1997.
- HUNTINGTON, S. P. **A Terceira Onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- HUNTINGTON, S. P. A importância das culturas. In: LAWRENCE, E. H.; HUNTINGTON, S. P. **A cultura importa**: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 11-15.
- INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, v. 1, n. 1, p. 9-67, jul./ago. 1993.

América Latina em perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário

Cultura política, democracia e capacidade de Estado na América Latina
DOI: 10.23899/9786589284154.1

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

LANDES, D. Quase toda a diferença está na cultura. In: LAWRENCE, E. H.; HUNTINGTON, S. P. **A cultura importa**: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 39-52.

LEFORT, C. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEVITSKY, S.; WAY, L. The myth of democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 45-58, jan. 2015.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. A third wave of autocratization is here: what is new about it? **Democratization**, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, mar. 2019.

MAINWARING, S.; BIZZARRO, F. The fates of third-wave democracies. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 99-113, jan. 2019.

MARKOFF, J. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. **Sociologias**, v. 15, n. 32, p. 18-50, jan./abr. 2013.

MAZZARINO, G. **Breviário dos políticos**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1997.

NORRIS, P. **Making democratic governance work**: the impact of regimes on prosperity, welfare and peace. New York: Cambridge University, 2012.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. **Transições do regime autoritário**. São Paulo: Vértice, 1988.

SCHMITTER, P. Crisis and transition, but not decline. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 32-44, jan. 2015.

TILLY, C. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1966.

TILLY, C. **Democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

TILLY, C.; CASTAÑEDA, E.; WOOD, L. J. **Social movements (1978-2018)**. Abingdon: Routledge, 2019.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

VARIETIES OF DEMOCRACY. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/en/analysis/analysis/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1981.

WELZEL, C. Why the future is democratic. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 2, p. 132-144, abr. 2021. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/787841>>. Acesso em: jul. 2021.

WELZEL, C. Democratic Horizons: what values changes reveals about the future of democracy. **Democratization**, v. 28, n. 5, p. 992-1016, abr. 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2021.1883001>>. Acesso em: jul. 2021.

Corrupção e capital social: uma análise culturalista

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha*

Raquel Peres de Macedo**

Os debates frequentes e intensos sobre a corrupção, em contrapartida ao seu tratamento científico escasso, tornam o tema assunto recorrente nas percepções do senso comum a respeito da política, economia e cidadania no Brasil. Considerando a polissemia do conceito e a pouca apropriação do objeto pelas Ciências Sociais, que se concentra na área de Administração Pública recorrendo à cisão funcionalista e acrítica entre administração e política, tem por consequência certo descolamento da realidade social do país (SANTOS, 2017). Não é inesperado, portanto, que se encontrem dificuldades para as análises teóricas e práticas das causas, efeitos e políticas de combate à corrupção.

O objetivo proposto é, através da abordagem teórica da cultura política, analisar dados de percepção sobre corrupção no Brasil. Posto isto, a metodologia quali-quantitativa através de técnicas como revisão bibliográfica, análise documental e análise de frequência dos dados empíricos de percepção no Brasil disponibilizados pela Plataforma *Word Values Survey* (WVS) – sétima onda (2017-2020) –, desponta como o conjunto de ferramentas mais adequado para abarcar as diferentes dimensões estudadas pela cultura política, em especial quando se trata também sobre o conceito de capital social associado ao tema da corrupção.

Descrito como um projeto de pesquisa global com atuação em 120 países, o WVS utiliza pesquisas comparativas por amostragem para avaliar, mapear e acompanhar as mudanças nos valores e crenças das diferentes sociedades, com especial atenção aos países em desenvolvimento, por meio de pesquisas realizadas de 5 em 5 anos – intituladas “ondas” – e disponibilizadas gratuitamente na plataforma do projeto. A

* Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Democracia e Políticas Públicas (Dpop).

E-mail: patchavescunha@gmail.com

** Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisadora de Iniciação Científica do Grupo de pesquisa Democracia e Políticas Públicas (Dpop/UFPEL).

E-mail: raquelmacp@outlook.com

pesquisa de opinião é realizada por meio de perguntas norteadoras e possibilidades de respostas diretas.

De acordo com Vanucci e Petrarca (2020) ao delinear o estado da arte sobre o tema é possível perceber a dificuldade dos pesquisadores em conceituar a corrupção. Em uma tentativa de definição elegante, para uso em pesquisa comparada, na elaboração do Índice de Percepção da Corrupção a *Transparency International* define a corrupção como “um abuso do poder confiado para ganho privado”. Contudo, ao apreciar a definição através da análise de suas unidades facilmente se percebe a diversidade de significados e implicações teóricas e metodológicas decorrentes. Assim, os autores destacam que a corrupção assume entendimentos que variam ao longo da história, e que perpassam às concepções da filosofia política vinculada a ideia de “mau ou bom governo”, até a assumir mais recentemente a configuração de prática social específica.

Dando desdobramento ao exame da literatura sobre corrupção Vanucci (2020) identifica três grandes paradigmas que surgiram no campo das Ciências Sociais, o econômico, o culturalista e o neoinstitucionalista. O primeiro se destaca pelo uso do cálculo racionalista de custo-benefício para as escolhas individuais e nos processos de tomada de decisão pública. Recebeu críticas que destacam a partida de um modelo ideal liberal-democrático que vê a corrupção como um problema de desenho institucional, excluindo outras variáveis, e identificando a corrupção como um fenômeno associado, principalmente, a sociedades com instituições fracas ou que vivenciam desordem. O segundo diz respeito à cultura política dos indivíduos, que influenciam suas preferências morais e as restrições normativas, ou seja, seus valores, comportamentos e práticas sociais. As críticas voltam-se para associação da corrupção à permanência de valores tradicionais e práticas persistentes, uma vez que tais valores não são uma “variável”, pois evoluem via processos sociais, sendo vistos mais como parâmetros para ambientes sociais. O terceiro trata dos mecanismos que regulam as interações sociais de práticas corruptas e o papel das instituições formais e informais para moldar as expectativas e crenças dos atores sociais. A crítica associada a esta abordagem trata da dificuldade em considerar a corrupção política uma prática social específica dissociada de outras práticas, como o patrimonialismo e o clientelismo, identificando sua estrutura conceitual própria e seus mecanismos de reprodução.

Nesse sentido, partindo das insuficiências explicativas do institucionalismo, a cultura política apresenta-se aos estudos sobre corrupção como uma importante fonte de investigação dos aspectos morais, éticos, culturais e dos valores sociais que atravessam o raciocínio da corrupção.

Segundo Almond e Verba (1966), entende-se por cultura política “a expressão do sistema político de uma determinada sociedade, englobando sentimentos e avaliações da sua população”. Enfatizando as construções individuais e coletivas da opinião pública a partir da subjetividade encontrada no seio de comunidades, populações e países, o paradigma culturalista fornece uma perspectiva mais ampla sobre a relação entre os indivíduos e o sistema político do que a fornecida pelos limites formais e informais do institucionalismo e do neoinstitucionalismo, sendo este último o mais recente. Tal afirmação está presente, por exemplo, na crítica de Baquero (2018) à proposição de que um quadro institucional bem estruturado e operando de forma eficiente, seja capaz de solucionar, de maneira isolada, conflitos de ordem econômica e social que emergem nos países democráticos. A experiência latino-americana com regimes autoritários ao longo de sua história, segundo o autor, revela que o posicionamento da cultura e dos fatores histórico-sociais como variáveis intervenientes na teoria (neo)institucionalista não compreende e não coíbe a adaptação dos procedimentos institucionais para interesses específicos.

Categoria analítica associada aos estudos de cultura política, o conceito de capital social, utilizado por Putnam (1996) e centrado na confiança interpessoal e institucional, vê no estreitamento de laços entre os sujeitos e o surgimento do que chama de “comunidade cívica” um dispositivo de coesão cumulativo que incentiva a participação política e o fortalecimento da democracia através da reciprocidade entre os atores civis e políticos, como é o caso de associações. Tendo em consideração que o engajamento e compartilhamento de interesses são atravessados por valores construídos cultural e historicamente, assim como ocorre nas instituições, a relação de interdependência entre os membros dessas comunidades e o Estado depende da agregação das demandas racionais, avaliativas e simbólicas da sociedade.

Nesse sentido, a corrupção é um elemento presente na teoria culturalista sobre a relação entre o capital social e democracia quando se apresenta como fator de influência nos níveis de confiança entre os atores e na participação política, ambas intermediadas pela internalização e naturalização dos princípios democráticos.

Segundo Baquero (2015, p. 141, tradução nossa¹),

¹ “From a functional point of view, corruption affect social, political and economic relations of a given society, acting as a substitute for political participation. Political corruption is a secret practice of a national network, which has specific visibilities. The secrecy allows the arbitrarily deviation of the monopoly of legitimate violence to the use of power, for private benefits. In this sense, sometimes corruption is considered as something normal because it guarantees a free game, necessary for societies’ good functioning”.

Sob um ponto de vista funcional, a corrupção afeta social, política e economicamente as relações de uma determinada sociedade, atuando como uma substituta para a participação política. Corrupção política é uma prática secreta de uma rede nacional que detém visibilidades específicas. O sigilo permite o desvio arbitrário do monopólio da violência legítima para o uso de poder direcionado ao benefício privado. Nesse sentido, por vezes a corrupção é considerada algo normal porque garante um jogo livre, necessário para o bom funcionamento das sociedades.

É importante ressaltar que, sob a perspectiva da corrupção — e outras manifestações como clientelismo, nepotismo e “pactos de silêncio” — como um desvio proveniente de comportamentos antiéticos e de uma socialização política que desestabiliza o espírito coletivo a favor de ganhos pessoais (VANUCCI; PETRARCA, 2020), existe uma predominância do que se chama capital social negativo². Assim, considerando essas duas dimensões do conceito, este último promove a institucionalização da corrupção e apresenta-se como base para a ocorrência de práticas oportunistas (BAQUERO, 2015).

Percepções brasileiras sobre corrupção

Os (as) brasileiros (as), conforme a Tabela 1, percebem o Brasil como um país com altos índices de corrupção (84,4%). Uma possível explicação para essa porcentagem expressiva são os sucessivos e constantes escândalos de corrupção colocando a população em contato diário com algum relato dessa natureza.

A publicização de dados, como o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), reforça essa informação. Produzidas desde 1995, as pesquisas comandadas pela organização não governamental Transparência Internacional e traduzidas para o ranking anual de IPC, indicam que o Brasil, além de permanecer constantemente em patamares ruins³, pouco ou nada avança em relação às políticas anticorrupção⁴.

² Por se tratar de um conceito intimamente ligado à dinamicidade das relações sociais, culturais e políticas, o capital social pode ser analisado de maneira positiva e/ou negativa, isto é, pode se referir às simetrias e assimetrias existentes nas relações entre os envolvidos, pois dependerá do contexto em que está inserido.

³ Disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>>. Acesso em: ago. 2021.

⁴ Em 2020 a organização denunciou em relatório os retrocessos sobre o tema na esfera governamental. Disponível em: <<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/brazil-setbacks-in-the-legal-and-institutional-anti-corruption-frameworks-2020>>. Acesso em: ago. 2021.

Tabela 1 – (Q112⁵) Percepções de corrupção no Brasil

	Número de casos	% Total
1 Não há corrupção em meu país	15	0.9%
2	2	0.1%
3	10	0.6%
4	20	1.1%
5	58	3.3%
6	18	1.0%
7	34	2.0%
8	47	2.7%
9	53	3.0%
10 Há corrupção abundante em meu país	1,487	84.4%
Não sei	10	0.5%
Sem resposta	6	0.3%
Total (N)	(1,762)	100%

Fonte: WVS - Brasil 2018 (1762)

Outro fator a se considerar para compreender os dados é a cobertura midiática de escândalos de corrupção no país, seja nos meios tradicionais ou nos novos meios de comunicação, uma vez que, no processo de socialização política, a familiarização das gerações com o tema reforça a ideia de que a corrupção é uma prática generalizada no país. De acordo com Bernardi, Silva e Morais (2019, p. 92-93),

Como o conhecemos hoje, o escândalo midiático, é uma consequência do próprio modus operandi dos meios de comunicação, que se materializaram como um meio a partir da criação da imprensa – final do século XV – com o surgimento do rádio – fim do século XIX – e com o aparecimento da televisão, em meados de 1940. Assim, pode-se dizer que o escândalo é um produto dos meios de comunicação.

⁵ “Agora eu gostaria que o (a) Sr (a) me falasse sobre sua opinião em relação à corrupção - quando as pessoas pagam suborno, dão um presente ou fazem um favor para os outros para ter as coisas que precisam ou os serviços que constam. Como você classificaria seu ponto de vista sobre corrupção no Brasil em uma escala de 10 pontos em que ‘1’ significa ‘não existe corrupção no Brasil’ e ‘10’ significa ‘existe muita corrupção no Brasil’? Se seu ponto de vista está entre as afirmações, escolha um número entre elas”.

A forte influência da repercussão dos escândalos políticos colabora, portanto, com a leitura pessimista sobre a corrupção no Brasil, apesar das limitações de atribuição de sentido único ao conceito, como será discutido a seguir.

Tabela 2 – (Q113⁶) Envolvimento em corrupção: Autoridades estaduais

	Número de casos	% Total
Nenhum deles	67	3,8%
Alguns deles	320	18,1%
A maioria deles	809	45,9%
Todos eles	520	29,5%
Não sei	39	2,2%
Sem resposta	7	0,4%
Total (N)	(1.762)	100%

Fonte: WVS- Brasil 2018 (1762)

O envolvimento de autoridades estaduais em corrupção é percebido como alto, pois somados “Alguns deles”, “A maioria deles” e “Todos eles” registra-se 93,5% dos pesquisados percebendo esses agentes como corruptos. Esse dado traz uma boa explicação para os baixos níveis de capital social encontrados nas pesquisas sobre o tema no Brasil (BAQUERO, 2007; RIBEIRO; BOTO; MAYORGA, 2020). Uma vez, que a percepção de corrupção generalizada dificulta a confiança em lideranças políticas e agentes públicos de forma geral. Assim, como coíbe a participação em mecanismos de controle da sociedade sobre esses agentes. Como debatido por Putnam (1996) ao examinar a experiência italiana, o desenvolvimento de uma sociedade com baixo estoque de capital social compromete o funcionamento das instituições e produz impacto no desenvolvimento dessa sociedade.

É possível perceber que a percepção da população brasileira sobre os executivos de negócios (Tabela 3) é que eles também são corruptos, pois somados aqueles que acreditam que alguns deles, e a maioria deles são corruptos, obtemos 76,9% dos respondentes. Acrescidos aos que acreditam que todos eles são corruptos, observamos

⁶ Q113 até Q117: “Entre os seguintes grupos de pessoas, quantas você acredita que estão envolvidas em corrupção? Para cada grupo, diga se você acredita que ‘nenhum deles’, ‘alguns deles’, ‘a maioria deles’ ou ‘todos eles’ estão envolvidos”.

88,2%. Cabe lembrar que juridicamente a corrupção no Brasil pode ser classificada como ativa ou passiva, assim ao agente público imputa-se o crime de corrupção passiva, pois é quem recebe o suborno ou propina, enquanto àquele que paga/oferece o suborno ou propina é imputado o crime de corrupção ativa. A relação de corrupção envolve, portanto, as duas partes, sendo ambos classificados como corruptos.

Tabela 3 – (Q114) Envolvimento em corrupção: Executivos de negócios

	Número de casos	% Total
Nenhum deles	52	2.9%
Alguns deles	804	45.6%
A maioria deles	552	31.3%
Todos eles	199	11.3%
Não sei	146	8.3%
Sem resposta	8	0.5%
Total (N)	(1,762)	100%

Fonte: WVS- Brasil 2018 (1762)

Apesar do papel da mídia e sua possível influência nos processos de socialização política, internalização de valores políticos compatíveis com a democracia ou não, e do papel de mediadora que reivindica, a população brasileira, conforme a Tabela 4, mantém certo ceticismo quanto à probidade do setor. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre a conexão entre esses dados como uma consequência dos discursos que incentivam a desconfiança política (BERNARDI; SILVA; MORAIS, 2019) proferidos pelas mídias de massa ao longo dos anos. Retoma-se, aqui, o foco nos escândalos políticos como foco da mídia.

À vista disso,

O escândalo de natureza político, além da óbvia característica de estar inserido dentro do campo político, coloca em xeque a reputação e o exercício do poder político do agente envolvido. A reputação, como capital simbólico nos termos de Bordieu (2001), é imprescindível nas interações e articulações dentro do subcampo político e no campo político mais amplo. Assim, um escândalo político tem força potencial de destruir a reputação não só de uma figura política, mas de todo um grupo ligado a ela – uma vez que o caráter coletivista do escândalo

não afeta apenas o agente, mas também o partido e os valores que ele e tal instituição sustentam (BERNARDI; SILVA; MORAIS, 2019, p. 93-94).

Tabela 4 – (Q117) Envolvimento em corrupção: Jornalistas e mídia

	Número de casos	% Total
Nenhum deles	180	10.2%
Alguns deles	957	54.3%
A maioria deles	347	19.7%
Todos eles	110	6.2%
Não sei	161	9.1%
Sem resposta	8	0.4%
Total (N)	(1,762)	100%

Fonte: WVS- Brasil 2018 (1762)

Entretanto, mesmo que jornalistas, a mídia e executivos de negócios – aqui agrupados como “setor privado” – sejam alvos de suspeitas, são os agentes envolvidos com o setor público – autoridades estaduais, autoridades locais e prestadores de serviços públicos – que são vistos como mais corruptíveis. Assim, ainda que reconheçam a existência em outras esferas, a população brasileira enxerga o setor público como o âmbito de maior concentração de sujeitos envolvidos em práticas de corrupção.

Tabela 5 – (Q118⁷) Frequentemente pessoas comuns pagam suborno, dão um presente ou fazem um favor a funcionários locais/prestadores de serviços para obter serviços

	Número de casos	% Total
Nunca	634	36.0%
Raramente	447	25.3%
Frequentemente	342	19.4%
Sempre	111	6.3%
Não sei	219	12.4%
Sem resposta	10	0.6%
(N)	(1,762)	100%

Fonte: WVS- Brasil 2018 (1762)

Conforme exposto anteriormente, a indissociabilidade entre as práticas sociais e a formação política brasileira é pressuposto imperativo para uma análise culturalista sobre a corrupção. Assim, é possível visualizar, através da Tabela 5, a presença de traços socioculturais constitutivos da sociedade e, portanto, da política brasileira associadas à corrupção. Assentada sob uma construção patriarcalista advinda de sua genealogia colonial portuguesa (FAORO, 1998), a formação social brasileira herdou a divisão histórica entre dominantes e dominados de maneira a traduzir a vida política em uma dinâmica em que “o direito de mandar e o dever de obedecer se achavam rigidamente confinados, concentrando o poder na mão de um número restrito de cabeças parentelas” (FERNANDES, 1979, p. 99).

As respostas obtidas apontam para corrupção como um comportamento usual. Fortalece o encontrado na literatura especializada, em particular a de pensamento político brasileiro e de cultura política (FAORO, 1998; BAQUERO, 2015; 2018), quando aponta para tolerância do brasileiro em relação à corrupção, a existência de uma flexibilidade dos limites entre o público e o privado, e da fluidez entre relações pessoais e profissionais. Sendo assim, a impunidade predominaria nesse tipo de prática social. Mas não entre as pessoas comuns (Nunca = 36%; Raramente = 25,3%), que na maioria

⁷ “Queremos saber sobre sua experiência com autoridades locais e prestadores de serviços, como policiais, advogados, médicos, professores e funcionários públicos em sua comunidade. Com que frequência você acha que pessoas comuns como você ou pessoas da sua vizinhança têm que pagar um suborno, dar um presente ou fazer um favor a essas pessoas para obter os serviços de que você precisa? Isso acontece nunca, raramente, com frequência ou sempre?”

61,3% não praticariam esse tipo de ação. Apesar de parecer contraditório, deve-se considerar aqui o tamanho e amplitude da desigualdade social brasileira que perpassa todos os aspectos da vida social. Os altos níveis de pobreza, baixos índices de educação formal fazem com que, muitas vezes, o cidadão dito comum esteja alijado da oportunidade de práticas como a troca de favores, a oferta de benefícios pessoais ou mesmo o contato direto com autoridades.

Tabela 6 – (Q120⁸) Risco de ser responsabilizado por dar ou receber um suborno

	Número de casos	% Total
Sem risco algum	314	17.8%
2	90	5.1%
3	171	9.7%
4	129	7.3%
5	245	13.9%
6	118	6.7%
7	124	7.0%
8	93	5.3%
9	48	2.7%
Risco muito alto	349	19.8%
Não sei	73	4.1%
Sem resposta	8	0.5%
Total (N)	(1,762)	100%

Fonte: WVS- Brasil 2018 (1762)

Muito da persistência dos altos níveis de corrupção no país é atribuída à impunidade. Tal discurso é corrente em conversas informais, em discursos políticos,

⁸ “Qual é o risco neste país de ser responsabilizado por dar ou receber um suborno, presente ou favor em troca de serviço público? Para indicar sua opinião, use uma escala de 10 pontos onde ‘1’ significa ‘nenhum risco’ e ‘10’ significa ‘risco muito alto’”.

em editoriais e matérias de comunicação social. Tal percepção se reforça quando 17,8% das pessoas acreditam que não há nenhum risco em ser responsabilizada ao oferecer suborno ou dar presentes em troca de favorecimento no país. Essa percepção se amplia se somados aqueles/as que classificaram até 5 pontos na escala 1-10 o grau de risco de responsabilização (53,8%). Por outro lado, existe ainda 19,8% que acreditam que há um “risco muito alto” de ser responsabilizado ao oferecer suborno ou dar presentes a um agente público.

Deve-se atentar, assim, para a imensa desigualdade social no país, e que o ato de corromper impunemente é atribuído aqueles/as que têm poder econômico ou político, pois como diria o ditado popular “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”. Havendo punição, ela aconteceria para os desfavorecidos. A soma dos que classificaram o risco como de 6-10 é de 23,5%, um percentual bem menor que os mais de 50% que desacreditam em uma responsabilização, impulsionando assim a desconfiança nas instituições que não puniriam aqueles/as que praticam a corrupção. Tal registro também chama atenção para o fato desses 23,5% apontarem indiretamente para crença no bom funcionamento das instituições brasileiras, pois, a responsabilização aponta para fiscalização e punição decorrente da atuação das instituições ou políticas públicas.

Essa aparente polarização de comportamentos existentes entre dados das tabelas 5 e 6 está ligada a uma percepção de que o exercício do poder político era destinado aos patriarcas – agora não mais representados somente como os chefes de família do meio rural, mas homens no contexto urbano de dominação familiar, econômica e política – como parte de seus privilégios inalienáveis, alimentou o desinteresse e as dificuldades de acesso e identificação da população com os processos que fazem parte da política.

Uns não identificavam em nenhum ponto os seus interesses sociais com os destinos do Estado; outros identificavam-nos demais... Essa foi a herança recebida pela República. O que foi feito dela? O que não poderia deixar de ser feito. O Estado assumiu de vez o belo aspecto das coisas dúplices: “Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento” (FERNANDES, 1979, p. 100).

O fenômeno de distanciamento entre a organização jurídica, a prática política e o patriarcalismo, potencializaram a solidariedade de cunho personalista na vida brasileira. Segundo Goldman (2002, p. 3), em sua análise da obra de Sérgio Buarque de Holanda,

A predominância do rural na vida brasileira é detonadora de uma hipertrofia dos vínculos familiares. Estes extrapolam o mundo privado e se estendem ao mundo público. Isto pode ser ilustrado pelos partidos políticos, que refletem a invasão da esfera familiar no âmbito público. Na política brasileira, as pessoas se associam aos partidos não por ideias ou interesses, mas sim por sentimentos e deveres. A supervalorização do âmbito familiar acaba provocando um esvaziamento do público, já que, se todos vivem voltados para si mesmos, as questões públicas passam a figurar como um problema secundário. A família patriarcal dificilmente se submete a um princípio superior, quando este lhe é imposto sob a forma de uma lei ou convenção.

Nessa perspectiva, os desdobramentos desse familismo brasileiro naturalizam relações patrimonialistas como uma característica do convívio sociopolítico.

A dominação patrimonial e especialmente a patrimonial-estamental trata, no caso do tipo puro, igualmente todos os poderes de mando e direitos senhoriais econômicos e as oportunidades econômicas privadas apropriadas. [...] Para nossa terminologia, o decisivo é o fato de que os direitos senhoriais e as correspondentes oportunidades, de todas as espécies, são em princípio tratados da mesma maneira que as oportunidades privadas (WEBER, 2000, p. 155).

A linha entre o público e o privado torna-se, portanto, uma mera consideração formal, isto é, a percepção de que o Brasil é um país com altos índices de corrupção não reconhece que a questão perpassa pelo consentimento público dessas práticas.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. [...] Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi (FAORO, 1998, p. 733).

Considerações finais

Apesar de tema corriqueiro de debates no Brasil a corrupção é pouco examinada cientificamente. A preocupação com o tema remonta à filosofia política, porém sua definição conceitual ainda é um desafio que se traduz na polissemia do conceito. Entendida mais contemporaneamente como uma prática social compreende-se oportuno o objetivo de analisar dados de percepção sobre corrupção no Brasil, obtidos junto ao WVS, através da abordagem teórica da cultura política. Buscando abarcar

diferentes dimensões estudadas pela cultura política, em especial quando se trata sobre o conceito de capital social associado ao tema da corrupção.

O Capital Social é entendido como elemento fundamental para gerar comportamentos e práticas sociais de combate à corrupção no Brasil. Isso porque, como analisado na Tabela 1, a percepção dos/as brasileiros/as sobre o tema é que ela é uma prática generalizada e de alta intensidade. A corrupção está presente tanto dentro do Estado (Tabela 2), como na sociedade civil (Tabela 3). Os meios de comunicação também são vistos com desconfiança, e considerados corrompidos (Tabela 4). Aponta-se nesse sentido a adoção pela mídia nacional de um *modus operandis* que explora os escândalos políticos (BERNARDI; SILVA; MORAIS, 2019) promovendo o comprometimento não apenas de pessoas públicas, mas da própria política, seus valores e práticas.

Mesmo que jornalistas, a mídia e executivos de negócios – aqui agrupados como “setor privado” – sejam alvos de suspeitas, são os agentes envolvidos com o setor público – autoridades estaduais, autoridades locais e prestadores de serviços públicos – que são vistos como mais corruptíveis. Em comparação com a média do setor privado, conforme se radicaliza a afirmação sobre o envolvimento com atos de corrupção, a diferença entre os grupos se alarga. Nos valores aproximados de média, para os 42,05% de respostas “alguns deles” dados ao setor público, o setor privado apresenta 49,97%; assim como, respectivamente, em “a maioria deles” 32,55% e 25,51%; em “todos eles” 16,32% e 8,76% e, por fim, em “nenhum deles” 4,52% e 6,58%.

Infere-se descritivamente que os brasileiros(as), ainda que reconheçam a existência em outras esferas, enxergam o setor público como o âmbito de maior concentração de sujeitos envolvidos em práticas de corrupção. Vale ressaltar, entretanto, que tal entendimento pode estar alicerçado nos variados sentidos atribuídos à prática de corrupção, sendo necessário uma pesquisa mais aprofundada para compreender sobre quais sentidos são atribuídos à corrupção.

Finalmente, é possível estabelecer um vínculo teórico entre capital social e corrupção, uma vez que, o nível de percepção sobre corrupção no país e as esferas onde ela está presente aponta para necessidade de pensar a corrupção como uma variável explicativa para os níveis de desconfianças interpessoais e institucionais no país, sendo esta uma hipótese a ser explorada para o futuro.

Referências

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BAQUERO, M. **Democracia e desigualdades na América Latina**: novas perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, M. Corruption, political culture and negative social capital in Brazil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 139-157, maio/ago. 2015.

BAQUERO, M. **Democracia Inercial**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BERNARDI, A. J. B.; SILVA, H. S. da; MORAIS, J. A. de. Escândalos políticos de corrupção e socialização política dos jovens no Sul do Brasil. **Campos Neutrais** – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, v. 1, n. 3, p. 88-106, set./dez. 2019.

FAORO, R. **Os Donos do Poder** – Formação do Patronato Político Brasileiro, v. 2. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**, 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

GOLDMAN, E. A Cultura Personalista como Herança Colonial em Raízes do Brasil. **Revista Educação Pública**, p. 1-7, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist02a.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, L. L.; BOTO, L. T.; MAYORGA, F. D. de. O Capital social no Brasil: uma análise de seus determinantes. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 4, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/ZBCCc5SgbbpqYMsdvjYjHpx/?lang=pt>>. Acesso em: jul. 2021.

SANTOS, E. L. O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 209-228, 2017.

VANUCCI, A.; PETRARCA, F. R. A luta contra a corrupção: o estado da arte e perspectivas de análise. **Civitas** [online], Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 305-314, set./dez. 2020.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2000.

El Uruguay progresista: la desconexión moderada de una cultura política democrática

Rodrigo Enrich de Castro*

Lucía Selios Lemes**

Introducción

En las elecciones de 2004, tras la grave crisis económica y social del 2002, considerada una de las crisis más grandes de la historia del Uruguay (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008; OYHANTÇABAL, 2019), la ciudadanía eligió por primera vez en su historia a un partido de izquierda para la presidencia de la república. La llegada del Frente Amplio al gobierno marca el comienzo de la “era progresista” en la política uruguaya (GARCÉ; YAFFÉ, 2014), que termina en 2019 con la victoria del Partido Nacional en las elecciones nacionales. Por lo tanto, la “era progresista” es el periodo a partir del 2005 definido por el predominio del Frente Amplio en el gobierno nacional, que tuvo como características una política económica a favor del mercado aunque con fuertes políticas sociales, con el objetivo de armonizar crecimiento económico e igualdad social (GARCÉ; YAFFÉ, 2014).

Los dos primeros períodos de gobierno frenteamplista (2005-2015) estuvieron marcados por el crecimiento del PBI, aumento de los salarios, implementación de una importante reforma en el sistema de salud, el descenso del desempleo y de la pobreza (BENTANCUR; BUSQUETS, 2016). Pero en el último período de gobierno (2015-2020), factores como el caso de corrupción en el que estuvo involucrado el ex-vice-presidente Raúl Sendic, que renunció a su cargo, el estancamiento de la economía y aumento de la inseguridad causaron un desgaste en el Frente Amplio. En ese sentido, Queirolo (2020, p. 104) afirma que

* Doutorando e Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: rodrigoenrichdecastro@gmail.com

** Doutora em Ciência Política pela Universidad de Salamanca, Espanha. Docente e pesquisadora em métodos de pesquisa e opinião pública na Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, Uruguay.

E-mail: lselios@gmail.com

La diferencia entre la elección de 2014 y la de 2019 es que en 2014 la inseguridad era una preocupación, pero los uruguayos estaban conformes con la evolución de la economía; mientras que en 2019 la inseguridad persistía como problema y se sumaban la preocupación por el desempleo y una insatisfacción creciente con la economía.

Así, en las elecciones de 2019 el ganador de las elecciones nacionales fue el Partido Nacional, en una inédita coalición que tuvo además del tradicional Partido Colorado, el Partido Independiente, el nuevo Cabildo Abierto (partido liderado por un excomandante de las fuerzas armadas durante la última presidencia frenteamplista y que fue el cuarto partido más votado, apenas por debajo de la votación del Partido Colorado) y el Partido de la Gente. Las elecciones marcaron una novedad en el sistema partidario uruguayo, la aparición del partido Cabildo Abierto, con 11,5% de los votos. En relación a los electores de Cabildo Abierto, en general son de perfil socioeconómico bajo, “que solían votar a fracciones ubicadas más a la derecha dentro de los partidos tradicionales, o al Movimiento de Participación Popular, el sector liderado por el expresidente José Mujica, dentro del FA” (QUEIROLO, 2020, p. 100). La autora identifica a Cabildo Abierto como un partido de derecha radical, dado que tiene como sus características, además de su vinculación con los militares, el populismo, el nacionalismo, la defensa de valores tradicionales y la oposición a la llamada “ideología de género” y al matrimonio igualitario (QUEIROLO, 2020, p. 102).

La votación del partido Cabildo Abierto, puede ser mejor comprendida a partir del concepto de mutación ocurrido en el sistema político uruguayo. En la literatura analizada por Caetano, Selios y Nieto (2019) la mutación puede ocurrir en tres niveles: en el rol de los partidos políticos y sus liderazgos, en las formas no tradicionales de participación y en el rol del Estado. Esa mutación, en el caso uruguayo, tuvo reflejos en las últimas elecciones de 2019, con el surgimiento de lo que los autores llaman “cisnes negros” de la política uruguaya, entre otros.

La participación de un precandidato presidencial completamente outsider, el empresario Juan Sartori, en la interna de uno de los partidos históricos del país como es el P. Nacional; el ingreso meteórico a la política electoral de quien ocupara hasta marzo del presente año la comandancia en jefe del ejército, Guido Manini Ríos, cesado luego por el gobierno de Tabaré Vázquez e investido casi inmediatamente como precandidato presidencial por un partido de perfil militar denominado “Cabildo Abierto”; la postulación presidencial del empresario Edgardo Novick, que fuera candidato a la Intendencia de Montevideo en 2015, en acuerdo con los partidos Colorado y Nacional bajo el lema “Partido de la Concertación”, que constituyó luego un nuevo “Partido de la Gente” de fuertes

perfiles populistas de derecha; entre otros de similar tenor (CAETANO; SELIOS; NIETO, 2019, p. 280-281).

Mientras los referidos autores analizan los cambios en la cultura política uruguaya desde 1995 para identificar el aumento del descontento ciudadano, nuestra investigación tiene como foco apenas el período del gobierno del Frente Amplio, entre 2005 y 2018 (último año con datos de Latinobarómetro), con cruzamiento de las variables de cultura política por edad. Dentro del contexto de cambios políticos, económicos y sociales de los últimos 15 años, ¿qué cambios ocurridos en la cultura política uruguaya se vieron reflejados en la elección de 2019? Y ¿Qué pueden significar esos cambios para la política uruguaya en los próximos años? ¿La democracia uruguaya se está desconsolidando? Intentaremos responder a estas preguntas en este trabajo a partir de un análisis de algunas variables relacionadas con el apoyo a la democracia, confianza en sus instituciones y preferencia por una alternativa autoritaria. Inicialmente presentaremos el concepto de cultura política. A seguir, serán analizados algunos trabajos sobre la actual crisis de la democracia, que tratan esencialmente de los Estados Unidos y los países de Europa. Por fin, expondremos las principales líneas de la cultura política uruguaya de los últimos 15 años y discutiremos algunas variables a partir de los datos de Latinobarómetro para Uruguay a la luz las teorías discutidas anteriormente.

Cultura política y la actual crisis de la democracia

El concepto de cultura política es utilizado de forma sistemática a partir del trabajo de Almond y Verba, *The Civic Culture*, de 1963. Los autores definen la cultura política como “distribución de las pautas de orientación hacia objetos políticos entre los miembros de dicha nación” (ALMOND; VERBA, 1970, p. 31). En estudios recientes, Inglehart y Welzel (2009) afirman que el desarrollo socioeconómico lleva a un cambio cultural, de los valores de una sociedad industrial, como disciplina, hacia valores como la autonomía y la auto-expresión, presentes en sociedades con una economía de servicios y que serían más congruentes con un régimen democrático liberal.

Algunos autores han trabajado con los aspectos nocivos de los cambios culturales, como la caída de la confianza interpersonal y el supuesto descenso del capital social en Estados Unidos (PUTNAM, 1995), otros interpretan la mayor desconfianza con las instituciones de la democracia como una señal de que los ciudadanos son más críticos (NORRIS, 1999) o más asertivos (DALTON; WELZEL, 2014).

Por otro lado, Foa y Mounk (2016) mencionan los efectos negativos de la falta de apoyo a la democracia y a sus instituciones en los países donde supuestamente estaba consolidada, especialmente al hecho de que son los más jóvenes los que menos apoyan a la democracia.

Investigaciones sobre la crisis de la democracia han sido abundantes en los últimos años, dado el surgimiento y crecimiento de partidos y políticos con discursos autoritarios, específicamente en países donde la democracia parecería estar consolidada, como en los Estados Unidos y los países de Europa occidental. Lo que ahora se pretende es una breve revisión de la literatura, sin pretensión de ser exhaustiva.

Runciman (2018) considera que la democracia norte-americana está simplemente pasando por una crisis de mediana edad. El autor identifica otros periodos en que la democracia liberal norte-americana estuvo en peligro, con políticos populistas buscando ser candidatos a la presidencia. Esos momentos de riesgo para la democracia fueron resultado de crisis económicas y revoluciones tecnológicas que modificaron profundamente el mercado laboral. Entretanto, los populistas nunca habían obtenido éxito electoral. El autor sostiene que el periodo actual es menos violento y desigual que el del fines de siglo XIX y que la actual crisis de la democracia puede ser útil para el fortalecimiento de la propia democracia.

La preocupación central de Levitsky y Ziblatt (2018) es la ascensión de discursos populistas en los Estados Unidos. Afirman que demagogos siempre existieron en otros momentos de la historia del país, pero que las “rejas de protección de la democracia”, como la constitución, las normas democráticas y los partidos políticos los impidieron de acumular poder. Últimamente, entretanto, los dos grandes partidos norteamericanos no están más funcionando como guardianes de la democracia básicamente a partir de la creación del proceso de primarias, que dejaron la elección de los candidatos abierto a posibles outsiders que utilizarían de su fama y poder económico, como fue el caso de Donald Trump, dejando a los partidos desarmados para impedir la ascensión de líderes populistas.

Para Mounk (2018) la democracia liberal está en crisis y el divorcio entre la democracia y el liberalismo es su principal síntoma, además de identificar la causa de la crisis en el hecho de que las condiciones que permitieron el desarrollo de la democracia liberal en Estados Unidos, Canadá y Europa occidental durante los siglos XIX y XX dejaron de existir. Foa y Mounk (2016) analizando datos de la Encuesta Mundial de Valores (*World Values Survey*) en Estados Unidos y Europa, concluyen que hay una

desconexión democrática, siendo las generaciones más jóvenes las que menos apoyan la democracia al mismo tiempo en que son las que más apoyan alternativas autoritarias.

No solamente los individuos apoyan cada vez menos la democracia y las instituciones que la representan, sino que demuestran apoyo a alternativas autoritarias, confirmando que *“the crisis of democratic legitimacy extends across a much wider set of indicators than previously appreciated”* (FOA; MOUNK, 2016), abriendo espacio para una posible “desconsolidación” democrática. En el contexto latinoamericano, Monsivais-Carrillo (2020) utiliza los datos de Latinobarómetro de 2013, 2015, 2016, 2017 y encuentra que, en los países del continente, es la indiferencia hacia la política la que ha crecido en los últimos años, y no la preferencia por el autoritarismo, ubicando Uruguay entre aquellos países con menores niveles de indiferencia política.

Por otra parte Alexander y Welzel (2017) consideran un error interpretar las recientes victorias de políticas populistas a la caída de los valores liberales, es más bien, según los autores, una reacción a esos valores de aquellas clases sociales que se sienten abandonadas por el discurso liberal. Para los autores la verdadera causa de la ascensión del populismo es la polarización política y la marginación de la clases bajas. También Levitsky y Way (2015) no encuentran razones para preocuparse con lo que llaman “el mito de la recesión democrática”.

Norris e Inglehart (2019) afirman que la victoria de Donald Trump en Estados Unidos en 2016 y el referéndum sobre la salida de Reino Unido de la Unión Europea son una reacción a la evolución de los valores post-materialistas en estos países en las últimas décadas. Los autores afirman que después de la “revolución silenciosa”, con el surgimiento de los valores post-materialistas, hubo también un aumento de la radicalización política, especialmente en temas como libertad sexual, derechos de minorías y protección ambiental. El crecimiento de los valores post-materialistas y socialmente liberales, sumado a factores como la crisis migratoria y la crisis económica, sostienen los autores, provocó un “reflejo autoritario”. Así, los valores conservadores sumados a predisposiciones autoritarias, como la valorización de la conformidad a las reglas, de seguridad y obediencia, generaron una reacción, especialmente en hombres, más viejos, blancos, religiosos y que viven en la zona rural, que han identificado el avance de las pautas post-materialistas como una amenaza a su estilo de vida y a sus valores, que en determinado momento fueron los valores dominantes en la sociedad, además de la inseguridad económica. Ese “reflejo autoritario” sería entonces movilizado por partidos y políticos “populistas-autoritarios” (NORRIS; INGLEHART, 2019).

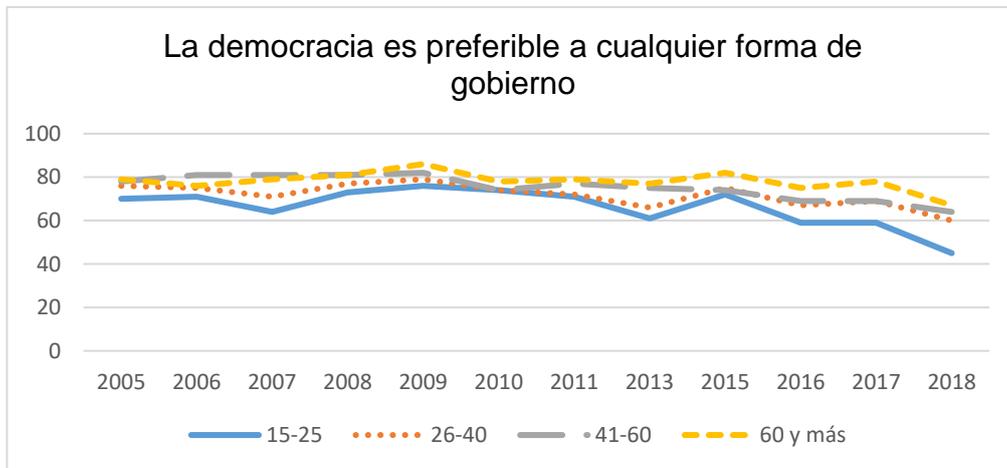
¿Es posible que Uruguay, un ejemplo de democracia liberal en la región, se esté desconsolidando como otros países?, o ¿es apenas una mutación, como sugieren Caetano y Selios? A partir de datos del Latinobarómetro, analizamos las variables de apoyo a la democracia, confianza en las instituciones democráticas y apoyo a alternativas autoritarias en Uruguay, divididos por edad, en los últimos 15 años, para identificar si en Uruguay se encuentran datos similares a los países de democracia consolidada.

La desconexión moderada en Uruguay

Analizaremos ahora algunos datos de la encuesta Latinobarómetro para Uruguay entre 2005-2018, período identificado por Garcé y Yaffé (2014) como la “era progresista”. Las variables analizadas dicen respecto a la confianza, ya sea en las personas, a las instituciones de la democracia, como el congreso y los partidos, y también en las fuerzas armadas. La confianza es considerada una de las variables más importantes para la estabilidad democrática (PUTNAM, 1996; INGLEHART; WELZEL, 2009; MOISÉS, 2010), también es un recurso importante para la cohesión necesaria al funcionamiento de sociedades complejas (MOISÉS, 2010).

La primera variable es el apoyo a la democracia. Easton (1975) identifica dos dimensiones de apoyo político, uno difuso y otro específico. El apoyo específico se refiere a la satisfacción con el desempeño de gobiernos y líderes, y el apoyo difuso se refiere al sistema político en general, sin importar el desempeño del mismo. En ese sentido, analizaremos apenas la dimensión difusa del apoyo político. Son utilizados datos apenas de aquellos individuos que respondieron que la democracia es preferible a cualquier forma de gobierno. En el Gráfico 1 vemos que el porcentaje de individuos que dicen preferir la democracia a cualquier forma de gobierno ha caído en el Uruguay en los últimos quince años, entre individuos de todas las edades, pero sobre todo entre los jóvenes, entre 15 y 25 años, ese número siempre fue el más bajo para período, con un 70% de preferencia por la democracia en 2005, llegando hasta un 45% en 2018, lo que representa la caída más fuerte en comparación con los individuos de otras edades. Los datos son consistentes con el estudio de Monsivais-Carrillo para Latinoamérica, siendo los jóvenes los que menos apoyan la democracia.

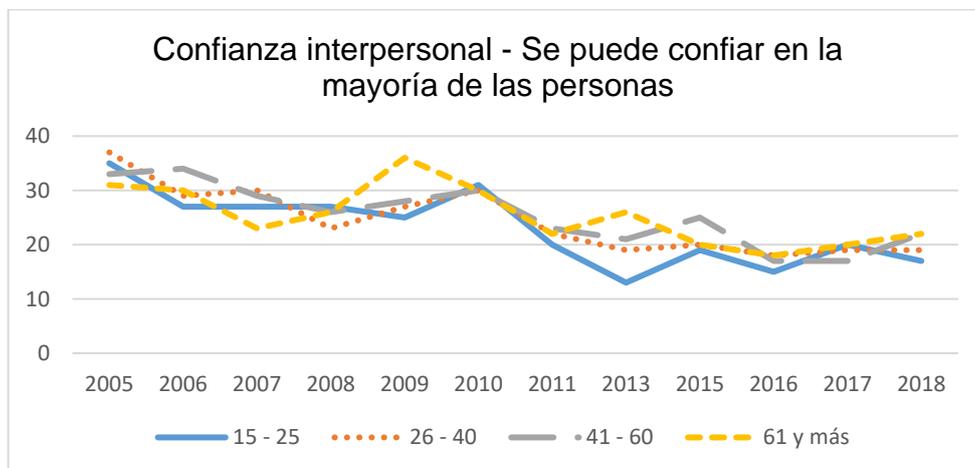
Gráfico 1 – Preferencia por la democracia



Fuente: Elaboración propia a partir de Latinobarómetro (2018).

En el Gráfico 2 se ve la evolución de la confianza entre los uruguayos, únicamente entre aquellos que creen que “se puede confiar en la mayoría de las personas”. A pesar de que la caída de la confianza es común a todas las edades, en 2018 los jóvenes eran los que menos confiaban en las personas (17%), el punto más bajo de confianza se dio en 2013, justamente entre los jóvenes, cuando apenas el 13% de los entrevistados entre 15 y 25 años estaba de acuerdo con la afirmación de que se puede confiar en la mayoría de las personas.

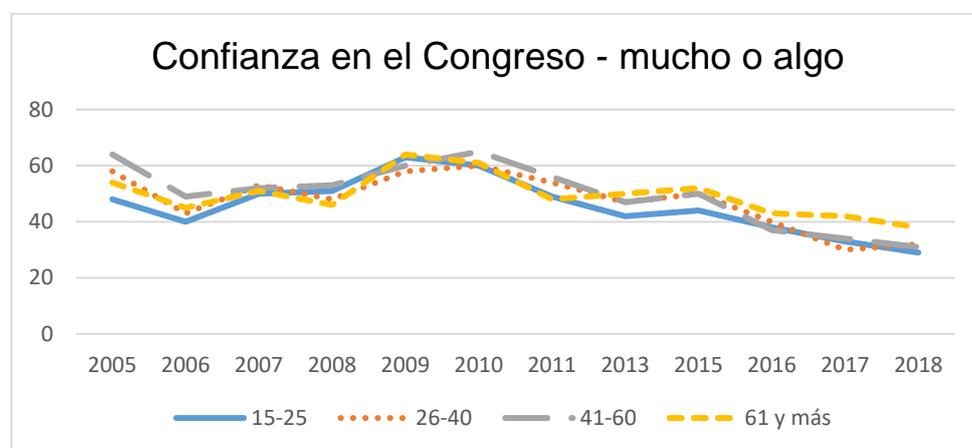
Gráfico 2 – Confianza interpersonal



Fuente: Elaboración propia a partir de Latinobarómetro (2018).

Acerca de la confianza en el congreso, una de las principales instituciones de la democracia, el Gráfico 3 muestra la caída del porcentaje entre aquellos que respondieron que tienen alguna o mucha confianza en el congreso. Entre los jóvenes (15-25 años), la proporción nunca fue la más alta, aunque si fue la más baja entre 2005 y 2007, 2011 y 2015 y en 2018 (31%). La caída de la confianza ocurre entre todas las edades, pero nuevamente son los más jóvenes los que menos confían en una institución democrática, particularmente a partir del año 2009.

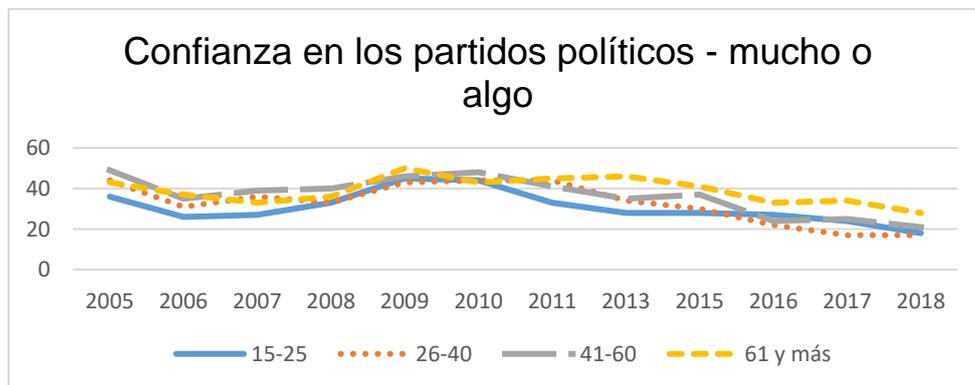
Gráfico 3 – Confianza en el Congreso



Fuente: Elaboración propia a partir de Latinobarómetro (2018).

Otra de las instituciones importantes para el funcionamiento del régimen democrático son los partidos políticos. Así, la confianza en los partidos políticos está expresada en el Gráfico 4. De la misma manera que la confianza en el congreso, la caída de la confianza es común a todas edades, aunque en los últimos años las personas entre 26 y 40 años son las que menos confían en los partidos. Llama la atención la caída de la confianza en los partidos en Uruguay, un país que se ha caracterizado por un fuerte dominio de los partidos en la vida política y social, que se conoce como la “partidocracia” (CAETANO; RILLA; PEREZ, 1988). Los partidos también sirven, en momentos de crisis como “rejas de protección de la democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Siendo el congreso y los partidos instituciones claves para la democracia, ¿es una señal de que la política uruguaya está mutando o puede ser una prueba de algo más grave, como la llamada desconsolidación? Para intentar responder a esa pregunta, se analizaran también los datos sobre confianza en las fuerzas armadas y la preferencia por un gobierno autoritario.

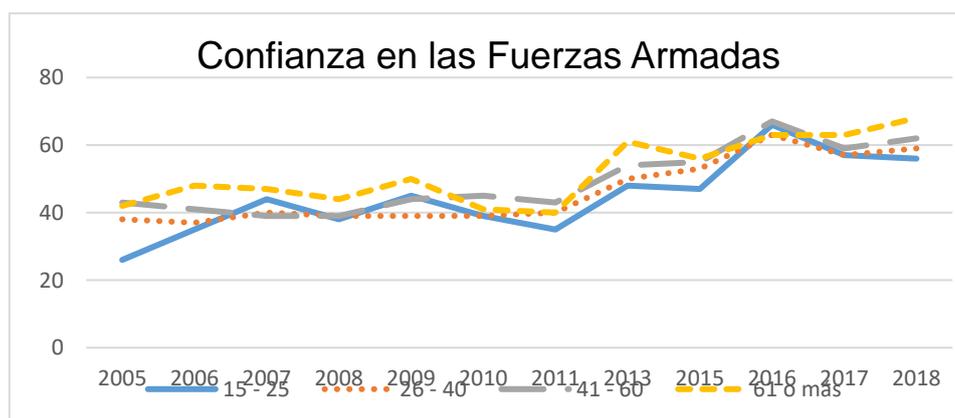
Gráfico 4 – Confianza en los partidos políticos



Fuente: Elaboración propia a partir de Latinobarómetro (2018).

El Gráfico 5 muestra un aumento de confianza en las Fuerzas Armadas, en todas las edades. En esta variable los jóvenes son los que menos confían (56%). Los mayores de 61 años son los que han mostrado mayor confianza en las fuerzas armadas en el período, con excepción de los años 2010 y 2016, y en 2018 llegaron a un 68% de confianza. Ese aumento de la confianza en las fuerzas armadas puede ser un síntoma de lo que afirma Queirolo, que en el último periodo de gobierno la seguridad pasó a ser la principal preocupación de los uruguayos.

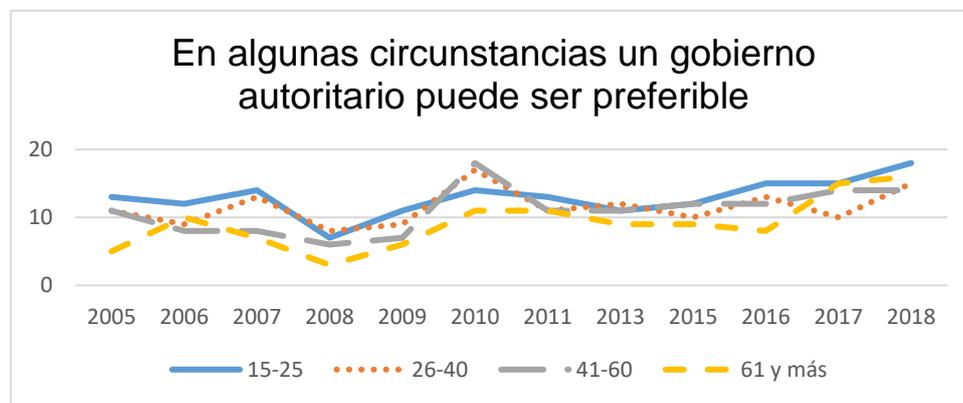
Gráfico 5 – Confianza en las Fuerzas Armadas



Fuente: Elaboración propia a partir de Latinobarómetro (2018).

La caída de la preferencia por la democracia puede ser un indicador de que los individuos no están conformes, no solo con la democracia, sino con su situación económica o con la inseguridad, lo que puede explicar la confianza en las fuerzas armadas, y no quiere decir que prefieran otro tipo de gobierno que no el democrático. Para averiguar en qué medida esa caída de la preferencia por la democracia significa un aumento del autoritarismo, utilizamos la variable de “preferencia por un gobierno autoritario”. Los datos del Gráfico 6 muestran que cada vez más uruguayos aceptarían un gobierno autoritario, siendo que los jóvenes son los que muestran mayor preferencia por un gobierno autoritario.

Gráfico 6 – Preferencia por gobierno autoritario



Fuente: Elaboración propia a partir de Latinobarómetro (2018).

Así, la preferencia por el régimen democrático en 2018 fue la menor en la “era progresista”, al igual que aceptación de un gobierno autoritario fue la mayor en el mismo periodo. Los datos pueden ayudar a explicar la buena votación que tuvo en las elecciones de 2019 un partido militar como Cabildo Abierto, con la elección de 3 senadores y 11 diputados. Si por un lado Uruguay está muy lejos del tipo de desconsolidación de países como Turquía o Hungría, y por lo tanto es probable que se mantenga una democracia estable, por otro lado, es innegable que hay una tendencia preocupante, especialmente por el hecho de los más jóvenes son los que más prefieren un gobierno autoritario.

Conclusiones

Utilizando la hipótesis de la “mutación” de la democracia uruguaya (CAETANO; SELIOS, 2019) y de la “desconexión” democrática (MOUNK, 2018) podemos concluir, a partir de los datos analizados, que Uruguay se encuentra en un momento de “desconexión”, aunque moderada, dado que aún se mantiene como una “partidocracia” (CAETANO; RILLA; PEREZ, 1988) con partidos que se mantienen como “rejas de protección de la democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) y con un gobierno que respeta las instituciones democráticas. De esa manera, no es solamente la democracia uruguaya que está mutando, pero también su cultura política, siendo cada vez menos democrática y más abierta a alternativas autoritarias, generando la “desconexión”. Esa “desconexión” ocurre a partir de la caída del apoyo a la democracia y a dos de sus principales instituciones, como lo son el congreso y los partidos, por un lado, y por otro, lo más preocupante, el aumento de la preferencia por alternativas autoritarias.

Este es una investigación inicial acerca de los cambios en la cultura política y consecuentemente en la política uruguaya. En trabajos posteriores se podrán analizar otras variables, como sexo, clase social, escolaridad, como forma de averiguar en qué otros ámbitos puede estar ocurriendo esa desconexión moderada. También se podrán utilizar datos de otras encuestadoras.

Aunque no está en el espacio de este trabajo investigar sus causas, es llamativo el hecho de que, después de 15 años de gobierno progresista, con avances en la economía pero también en la agenda de derechos, la cultura política democrática se haya deteriorado. Respeto a los reflejos que la “desconexión moderada” puede tener en la política uruguaya y si se mantienen en los próximos años las tendencias, es probable que los partidos tradicionales (aquí incluido el Frente Amplio) pierdan votos para el partido Cabildo Abierto en las próximas elecciones nacionales. Aunque hay otras variables que influyen a la hora de votar, como el desempeño del gobierno, aliada a la incertidumbre acerca de la duración de la coalición de gobierno y de cómo actuará Cabildo Abierto, los datos refuerzan lo afirmado por Caetano, Selios y Nieto de que la mutación uruguaya llegó para quedarse.

Referências

- ALMOND, G.; VERBA, S. **La Cultura Cívica**: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones. Madrid, España: Euramérica, 1970.
- ALEXANDER, A.; WELZEL, C. **The Myth of Deconsolidation**: rising liberalism and the populist reaction. University of Hamburg, Institute of Law and Economics (ILE), Working Paper Series, n. 10, 2017.
- BENTANCUR, N.; BUSQUETS, J. M. **El Decenio Progresista**: Las políticas públicas de Vázquez a Mujica. Montevideo, Uruguay: Fin de Siglo Editorial, 2016.
- CAETANO, G.; RILLA, J.; PEREZ, R. La Partidocracia Uruguaya: historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. **Cuadernos del CLAEH**, v. 44, n. 2, p. 9-18, 1988.
- CAETANO, G.; SELIOS, L.; NIETO, E. Descontentos y “cisnes negros”: las elecciones en Uruguay en 2019. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, Sevilla, ano 21, n. 42, p. 277-311. 2019.
- DALTON, R.; WELZEL, C. **The Civic Culture Transformed**: from allegiant to assertive citizens. New York, USA: Cambridge University Press, 2014.
- DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY. La Crisis de la Democracia Neoliberal y la Opción por la Izquierda: 1985-2005. In: FREGA, A. et al. (Orgs.). **Historia del Uruguay en el Siglo XX (1890-2005)**. Montevideo, Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 2008. p. 211-250.
- EASTON, D. A Re-assessment of the Concept of Political Support. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.
- FOA, R.; MOUNK, Y. The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.
- GARCÉ, A.; YAFFÉ, J. **La Era Progresista**: hacia un nuevo modelo de desarrollo. Montevideo, Uruguay: Fin de Siglo Editorial, 2014.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo, Brasil: Editora Francis, 2009.
- LEVITSKY, S.; WAY, L. The Myth of Democratic Recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 45-58, 2015.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2018.
- MOISÉS, J. Á. **Democracia e Confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo, Brasil: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MONSIVAIS-CARRILLO, A. La Indiferencia Hacia la Democracia en América Latina. **Íconos Revista de Ciencias Sociales**, Quito, v. 66, p. 151-171, 2020.
- MOUNK, Y. **The People vs. Democracy**: why our freedom is in danger and how to save it. Massachusetts, USA: Harvard University Press, 2018.

América Latina em perspectiva: cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário

El Uruguay progresista: la desconexión moderada de una cultura política democrática
DOI: 10.23899/9786589284154.3

NORRIS, P. (Ed.). **Critical citizens**: global support for democratic government. New York, USA: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. USA: Cambridge University Press, 2019.

OYHANTÇABAL, G. Economía Política del Uruguay Progresista 2005-2016. **Latin American Perspectives**, p. 1-32, jan. 2019.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, p. 65-78, jan. 1995.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUEIROLO, R. ¿Qué Significa el <<giro a la derecha>> Uruguayo? **Nueva Sociedad**, v. 287, p. 98-107, maio/jun. 2020.

RUNCIMAN, D. **How Democracy Ends**. London, Great Britain: Profile Books, 2018.

Argentina, Brasil e Venezuela como artífices do progressismo Sul-Americano face à hegemonia estadunidense até o avanço conservador

Renata Peixoto de Oliveira*

Hannah Guedes de Souza**

Alguns antecedentes

A década de 1980 foi marcada pela forte crise econômica e pela transição democrática na América Latina e Caribe.

Na Venezuela, isto correspondeu ao aprofundamento da crise política que foi acentuada entre 1989 e 1992, correspondendo, respectivamente, ao Caracazzo e a tentativa de golpe contra Carlos Andrés Pérez, em função da adoção de uma agenda neoliberal. Em 1992, Pérez sofreu impedimento político e as eleições presidenciais que levaram Rafael Caldera a seu segundo mandato (1993-1998) marcaram o fim do *Punto Fijo*, já que o próprio líder histórico do Comité de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) havia rompido com o partido tradicional. Enquanto os países que implementaram o neoliberalismo, entre as décadas de 1970 e 1980, passaram por seus primeiros sinais de crise, a Venezuela resistia à adoção desta agenda que era apoiada pelos Estados Unidos.

No caso brasileiro, com a transição para a democracia, não ocorreu eleição direta e o novo governo brasileiro encarou a crise da dívida externa com inflação galopante.

* Graduada em Ciências Sociais pela UFMG (2003); Mestre (2005) e Doutora (2011) em Ciência Política também pela UFMG. Além disso, é professora permanente do Programa de Mestrado Integração Contemporânea na América Latina (PPG-ICAL) e professora permanente do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPG-PPD) da UNILA.

E-mail: renatapeixoto.rii@gmail.com

** Mestre em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino Americana (2017-2019) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2011-2016) com graduação-sanduiche na Universidad Rey Juan Carlos em 2015.

E-mail: hannahguedes@id.uff.br

Nos anos 1990, independente do governo, o neoliberalismo foi hegemônico entre o governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O final da gestão Cardoso já começa a questionar, no país, as assimetrias do sistema internacional e compreender que a relação preferencial com os países mais desenvolvidos não estava sendo necessariamente vantajosa.

Na Argentina, com o peronismo afastado do cenário político desde a morte de Perón e da derrocada de Isabelita nos anos 1970, as relações com os EUA ainda seguiram vacilantes até o retorno do peronismo, em sua roupagem neoliberal, representada por Menem que chegaria ao poder em 1989. Naquele momento, a Argentina seria o maior exemplo do paradigma do Estado normal definido por Amado Cervo (2002) como subserviente ao centro hegemônico do capitalismo, transferindo renda ao exterior, privatizando empresas públicas, protegendo o capital e empreendimentos estrangeiros, além de dissolver o núcleo da economia nacional.

A aproximação de Brasil e Argentina, no fim dos anos 1980, possibilitou a reaproximação do Cone Sul enquanto região e a criação de um bloco que foi consolidado em 1991 com a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mas um eixo regional que marcasse possível crítica em relação à Washington só foi possível quando Venezuela, Brasil e Argentina se tornaram pilares da onda progressista na região.

Dissensos, consensos e eixos estratégicos Sul Americanos no século XXI

Os chamados eixos estratégicos mencionados neste trabalho seriam a expressão de posicionamentos político-ideológicos e também de projetos políticos que concernem a aproximação em relação aos Estados Unidos da América, a uma matriz estadocêntrica ou neoliberal; a um posicionamento mais conservador ou progressista. Quando mencionamos o Consenso de Washington percebemos a construção de um falso consenso regional que refletia, na verdade, os interesses dos Estados Unidos na região e uma articulação tímida entre os países latino-americanos que buscavam uma janela de oportunidades a partir de um vazio de poder na região e da propagada crise de hegemonia dos EUA.

Com a crise do modelo neoliberal, a partir de um cenário de marcada contestação, os dissensos em termos de projetos políticos ficaram mais evidentes e delinearam novas alianças estratégicas. O século XXI foi o marco dessas transformações em termos geopolíticos e nosso objetivo será retratar a dinâmica referente a formação,

ao rearranjo, as disputas entre diferentes eixos geopolíticos estratégicos, seus impactos para as relações interamericanas, para a integração regional e para o cenário geopolítico da América Latina. Também será objeto de atenção os consensos formados e os eixos justapostos que podemos identificar. Isto nos permitirá compreender melhor as mudanças recentes em um período marcado pelo acirramento dos conflitos políticos, por crises de ordem institucional, pela crise da democracia liberal e pelas tensões em torno da reconfiguração do projeto neoliberal a partir de uma perspectiva neoconservadora na região.

A Venezuela do pós-Guerra Fria sinalizava um caminho indeciso e incerto, mas as eleições de 1998, que levaram Hugo Chávez Frias ao poder passaram a definir de modo mais sistemático a ruptura interposta no sentido de adoção de um outro projeto político. De forma evidenciada, a ascensão de um político *outsider*, representante de setores militares nacionalistas e tendentes à esquerda, foi uma grande inovação política para o sistema político venezuelano. Os dois primeiros anos de governo ainda foram cautelosos em função da necessidade de se garantir a retomada do crescimento econômico e da própria governabilidade. Mas, significativo, no sentido de instituir um divisor de águas, é o impacto que a Doutrina Bush, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, estabeleceram. Ocorreu um recrudescimento da Política Externa dos Estados Unidos, uma menor tolerância por parte da administração republicana e adoção de um discurso maniqueísta. A invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos foi duramente criticada pelo presidente venezuelano, enquanto as reformas que seu governo realizou em 1999 e 2001, por aumentarem o papel do estado no setor, não foram muito bem vistas pelo capital estadunidense e por seu governo. Isto vai ter relação direta com a realização do golpe contra Chávez em abril de 2002 e mesmo o paro petroleiro, a greve geral do setor, em 2003. Ambos eventos foram tentativas frustradas de desestabilização do governo Chávez e, acabaram, não apenas afetando as relações entre Estados Unidos e Venezuela, como também levando o governo Chávez a radicalizar sua via, apresentando de forma mais consistente a ideia de uma revolução bolivariana que pretendesse romper, em definitivo com o regime anterior instituindo a V República e, assim, constituindo o chamado Socialismo do Século XXI.

Para a Argentina, o século XXI teve início com uma das suas mais graves crises econômicas com desdobramentos significativos para sua institucionalidade democrática. O fim do governo de la Rúa, abriu uma fissura nas instituições argentinas e a crise, que teve início em 2001, só pôde ser contornada com o retorno do peronismo em sua versão mais nacionalista, contrariando o peronismo menemista que levou a

Argentina à bancarrota provocada pelo neoliberalismo na década anterior. Neste caso, Néstor Kirchner, ao assumir a presidência em 2003, marcou um período de retorno da governabilidade institucional e da estabilização econômica.

Além disso, a era Kirchner marcou um novo posicionamento da Argentina a nível hemisférico, já que o novo governo impulsionou a Onda Rosa na região. Foi em 2005, em Mar del Plata, que a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) capitaneada pelos Estados Unidos, foi derrubada, tendo Argentina, Venezuela e Brasil desempenhado um importante papel.

O Brasil do século XXI é inaugurado com a chegada do Partido dos Trabalhadores, o PT, à Presidência da República com o histórico líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva. O perfil político do presidente e sua forma de exercício da política, também chamada de lulismo, pode ser mais bem entendida através do termo Consenso de Brasília, criado por Mario Shifter para dar sentido e expressão às mudanças e particularidades da Política Externa brasileira a partir de seu governo. Basicamente, o projeto político de Lula pretendia aliar o crescimento econômico, com a inclusão social, a governabilidade democrática e um olhar latino-americanista em termos de integração regional pelo viés mais social. Neste sentido também é importante ressaltar que o Brasil se posicionava de forma questionadora, mas não combativa a Washington, buscando consensos e diálogo, reforçando a sua tradição diplomática. Deste modo, as relações com os EUA se deram em um novo tom, com o Brasil se apresentando como um de seus pares e não como um país subserviente. Nos primeiros meses do governo Lula, o foco foi as necessidades internas e parcerias diversas, mas notoriamente com o sul global, enquanto que com os Estados Unidos prevaleceu o pragmatismo. Mas assim, como fez o governo Chávez, o Brasil também foi crítico dos desdobramentos da Doutrina Bush. Chávez havia criticado a invasão do Afeganistão, enquanto o governo brasileiro se mostrou reticente com a invasão do Iraque.

O regionalismo pós-liberal emerge nos anos 2000 como uma crítica ao período anterior, almejando pensar na integração regional para além da economia, ou seja, pensando também em questões de defesa, direitos humanos, política, desenvolvimento e bem-estar social. Muito embora o Consenso de Brasília seja fundamental para entendermos a Política Externa do Brasil com Lula, a nível regional, o termo que marcou as mudanças que se refletem nos eixos estratégicos formados pelos principais países da região em torno da agenda regional e seu posicionamento sobre o papel dos EUA na região, foi Consenso de Buenos Aires.

Isso teve extrema relevância para as mudanças antes citadas sobre o Mercosul. Foi realizada a Cúpula de Assunção, em 2003, para dar conta dos debates em torno da crise do modelo livre-cambista, evidenciado pela crise de desvalorização do real, em 1999, e a crise argentina de 2001. No mesmo ano, Brasil e Argentina se reúnem, firmando o Consenso de Buenos Aires intencionando relançar o Mercosul e adotando uma via de integração sócio-política:

Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos governos estão trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países (BRASIL; ARGENTINA, 2003).

A partir disso, o bloco criou mecanismos para tentar minimizar as assimetrias de Argentina e Brasil, grupo dos países maiores, com Paraguai e Uruguai, grupo dos países menores.

Brasil e Argentina, no início do século XXI, tiveram papel fundamental ao inaugurar o neo-desenvolvimentismo no Cone Sul e fortalecer seus laços bilaterais a partir de novas estratégias autônomas e solidárias entre países e povos da região, mas a Venezuela, alçou protagonismo, ao se posicionar de maneira bem mais contundente em relação aos Estados Unidos e ao modelo do regionalismo aberto que vigorou no auge do Consenso de Washington. Dessa forma, o país andino foi peça fundamental para a conformação de novos eixos geopolíticos, ao passo que também tensiona o cenário regional em torno de dicotomias estabelecidas que denotam posturas radicais ou refundadoras face a posicionamentos reformistas. A intenção predominante de alcançar desenvolvimento econômico em conjunto com igualdade social liga-se a ascensão de governos de esquerda na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela, que acabaram por rejeitar o Consenso de Washington, aspirando por maior inserção social dos povos diversos do continente (MARTINS, 2016).

De igual maneira, ficou mais evidente o papel da região andina no curso geopolítico sul-americano, a partir dos consensos criados entre alguns países e dos dissensos e discordâncias com outros países que seguiram a rota estabelecida pelo Consenso de Washington em um alinhamento pró-Estados Unidos. A Venezuela teve papel preponderante no estabelecimento da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa

América (ALBA), enquanto se somou aos esforços de outros países da região para alavancar a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A UNASUL, englobando todos os países sul-americanos, nasce da necessidade de autonomia e de um novo paradigma de desenvolvimento. Ela é uma evolução da Comunidade Sul-americana de Nações, de 2004, e da ideia da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), da primeira metade da década de 1990. A ideia original surge da crítica de Chávez à representação do livre-comércio ainda presente dentro da Casa, o que foi apoiado por outros países e culminou na sua criação, em 2007, proporcionando uma outra ênfase estratégica (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015). Nascendo, sobretudo, dos esforços de Chávez e Lula, seu objetivo era construir uma integração sul-americana pela via cultural, política, econômica e social, eliminar a desigualdade social e assimetrias entre os membros, dando destaque também as questões energéticas e de defesa.

Já a ALBA foi lançada em 2004, pela Venezuela e Cuba, contra o projeto dos Estados Unidos de constituir a ALCA, incorporando países do Caribe, Bolívia e Suriname nos anos subsequentes. Trata-se de um projeto alternativo, uma contraposição que se configurou como um projeto contra hegemônico em meio a um vazio de poder no lastro do regionalismo aberto e que foi concomitante ao surgimento de outras iniciativas ou de mudanças ocorridas nos blocos regionais mais tradicionais, como o Mercosul.

Tanto o enfoque do *soft balancing* como seu complemento da diplomacia do poder social captaram uma dimensão da política exterior bolivariana que não se pode ocultar, cuja realização na América Latina e Caribe foi baseada em boa medida sob o grande guarda-chuva da ALBA-TCP (BENZI, 2017, p. 29, tradução nossa¹).

É necessário apontar que essa configuração regional com um maior número de governos de esquerda e com uma postura mais crítica ao imperialismo estadunidense, causou um certo afastamento dos EUA dos assuntos internos sul-americanos. O momento que melhor ilustra esta questão é o repúdio encabeçado por Chávez, Lula e Néstor Kirchner a ALCA e seu conseqüente arquivamento em Mar del Plata no ano de 2005. Notando que a vantagem do acordo seria baixa e levaria a uma dependência ainda

¹ Tanto el enfoque del *soft balancing* como su complemento de la social power diplomacy han captado una dimensión inocultable de la política exterior bolivariana, cuya realización en América Latina y el Caribe fue encauzada en buena medida bajo el amplio paraguas del ALBA-TCP.

maior dos EUA, sendo este o maior beneficiário do projeto, estes governantes somaram forças para fazer Washington recuar.

Algumas mudanças foram esperadas com a chegada de um presidente democrata à Casa Branca, o primeiro negro e de ascendência queniana a assumir o posto mais importante do planeta, é essencial ressaltar que apesar do carisma pessoal do presidente Barack Obama, as velhas práticas do *hegemon* com os países latinos foram mantidas, em certa medida. Por exemplo, no caso brasileiro, em 2013, veio a público a informação de que a agência estadunidense National Security Agency (NSA) espionava a presidente Dilma Rousseff e a Petrobrás, gerando um mal-estar diplomático, seguido do cancelamento da visita de Estado agendada aos EUA. Quanto à Venezuela, o presidente Obama declarou que a mesma era uma ameaça à segurança dos EUA e realizou sanções contra funcionários do governo, meses depois de já ter se manifestado contrariamente à repressão contra manifestações de opositoristas. As exigências dos Estados Unidos incluíram a libertação do opositor Leopoldo López, entre outros. Em relação à Argentina o clima também foi tenso durante o governo Cristina Kirchner. O primeiro incidente aconteceu, em 2011, quando uma carga foi retida na aduana argentina, sendo parte de um carregamento da Força Aérea dos EUA, levando o presidente Obama a cobrar explicações. Analistas políticos e críticos do Kirchnerismo apontam o período de hegemonia dos Kirchner na Casa Rosada como de isolamento internacional da Argentina e de tensões com os Estados Unidos. A suposta normalidade nas relações bilaterais teria sido alcançada com a vitória de Macri que assegurou até uma visita de Obama ao país já no final do seu governo, logo depois da histórica visita que fez a Cuba. As homenagens previstas às vítimas da ditadura Argentina e o grande contingente de seguranças e aparatos de segurança, causaram algumas polêmicas e levaram a reações contrárias à visita.

A primeira década do século XXI demonstra de maneira mais evidente os esforços de governos da região, no embalo da onda progressista em contrabalancear o exercício do poder hegemônico por parte de Washington, fortalecendo parcerias com outras potências como a China ou avançando com projetos de integração regional que alavancassem as parcerias entre os países e povos da região de maneira mais soberana e autônoma. E, naquele contexto Brasília-Buenos Aires-Caracas alicerçaram um importante eixo geopolítico-estratégico que sustentou este projeto alternativo para a região.

Progressismo da ascensão à crise: avanço conservador e o papel dos Estados Unidos na crise hemisférica

Para encerrar nossas reflexões, estendemos o debate no sentido de considerar o período mais recente no qual verifica-se a crise dessa experiência progressista e a ascensão de forças e governos conservadores na América do Sul. Este período vem sendo analisado por especialistas no sentido de identificar, não apenas um movimento pendular entre direita e esquerda, conservadorismo e progressismo, mas, sobretudo, em sinalizar a crise das democracias liberais.

A chegada de Donald Trump à Casa Branca coincide com uma guinada política na América do Sul, após quase quinze anos da chamada onda rosa. Estas mudanças podem ser sentidas com o falecimento de Hugo Chávez Frias na Venezuela em 2013, após vencer as eleições, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina em 2015 e com o impedimento político sofrido por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores no Brasil em 2016.

Não necessariamente precisamos romantizar a administração Barack Obama em termos de Política Externa e quanto às relações com os países da América Latina e Caribe, mas, sem dúvida, a administração Trump foi bem mais incisiva e revelou mais pontos de tensão nas relações interamericanas, além de sustentar ou ser condescendente com políticas antidemocráticas e com o processo de erosão da democracia no continente como um todo.

Quando avaliamos os processos políticos, econômicos e societários ocorridos nos três países que aqui merecem nossa atenção, ou seja, Argentina, Brasil e Venezuela, percebemos o quão decisivo foi cada processo político nacional da mesma forma em que notamos os reflexos disso para a dinâmica geopolítica regional, para os consensos estabelecidos antes entre os países da região, assim como para a integração regional.

Em termos de política doméstica, os três países mergulharam em uma profunda crise econômica. A Venezuela, amarga uma crise econômica originada na queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional e a instabilidade política que pode ser compreendida tanto com um movimento da oposição que chega a lançar um potencial presidente interino autoproclamado, na figura de Juan Guaidó, apoiado por diferentes países e, em especial, pelos Estados Unidos, deram contornos dramáticos a crise venezuelana. O bloqueio internacional contra o país andino-amazônico-caribenho também aprofundou a crise e já tem contornos de crise humanitária,

considerando que nos últimos anos milhões de venezuelanos e venezuelanas emigraram de seu país para países vizinhos.

No caso do Brasil, temos uma crise que se reflete em baixo crescimento econômico e grande alta do desemprego no país. A crise coincide e foi aprofundada durante os governos Temer e Bolsonaro pelo perfil de suas políticas econômicas liberalizantes. Além disso, existe um forte componente político-institucional na crise brasileira como efeito da atuação e exercício de liderança por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus filhos. O clã Bolsonaro apoia movimentos extremistas, desgasta a relação entre os poderes constituídos e contribui para o enfraquecimento do regime democrático no país. Além disso, o governo Bolsonaro estabelece tensões entre países vizinhos, como o caso da Argentina e Venezuela, além de fomentar problemas diplomáticos com potências mundiais, como é o caso da China, maior parceiro comercial do país. Também chama atenção, o movimento mimético de Bolsonaro em relação a Donald Trump e a postura subserviente adotada pelo Itamaraty durante esta administração.

No caso da Argentina, o período da administração Macri foi marcado por uma profunda crise econômica e social, seguramente, a pior crise desde 2001. O desgaste do Kirchnerismo, após muitos anos no poder, e o desequilíbrio fiscal ajudam a explicar a escolha por Mauricio Macri, contudo, uma vez mais, o modelo neoliberal, não foi capaz de contornar a crise, pelo contrário, aprofundou-a.

Percebe-se que a crise econômica e política atual afeta sobremaneira os três países que foram justamente a base, o pilar, de um projeto político regional que resgatou o nacional-desenvolvimentismo, fortaleceu as relações sul-sul, aproximou os países da América Latina criando, transformando e fortalecendo novos espaços e blocos regionais, ao passo em que se posicionavam de forma mais crítica e autônoma em relação aos Estados Unidos da América.

O período foi marcado pela crise da UNASUL, tendo-se em vista que a partir da conformação de novos eixos-estratégicos e do enfraquecimento daqueles que sustentaram tal iniciativa, os novos governos de direita, principalmente, os governos dos países que conformam a Aliança do Pacífico, estratégia contraposta ao regionalismo pós-liberal que vigorou durante o ciclo progressista, reforçados por governos de direita como os do Brasil e Argentina, articularam o esvaziamento da iniciativa que foi um marco de uma nova etapa das relações interamericanas. Outros blocos já consolidados, como o próprio Mercosul, também sentiram o impacto do fim do ciclo progressista na

região, o próprio presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, se mostrou entusiasta de uma nova iniciativa regional, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), idealizado pelo presidente chileno Sebastián Piñera. O Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul propõe uma estrutura flexível e se coloca enquanto substituto potencial da UNASUL.

A crise do consenso de Buenos Aires e a erosão do eixo geopolítico estratégico conformado por Argentina, Brasil e Venezuela, favoreceu os interesses dos Estados Unidos na região e reforçou o ideário e os objetivos do governo Trump. Recentemente, um ponto de equilíbrio se deu com a permanência de Nicolás Maduro no poder, a despeito das tentativas de destituição do mandatário venezuelano do cargo. As investidas de Juan Guaidó se mostraram ineficientes e se desgastaram. Enquanto isso, Mauricio Macri perdeu a oportunidade de se reeleger e o progressismo voltou ao mapa do Cone Sul com a eleição da chapa Fernandez-Fernandez na Argentina. No caso brasileiro, a imagem do presidente da República se desgastou, principalmente, considerando-se os impactos de sua inação política para o devido enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e dos efeitos econômicos devastadores que esta última teve para a economia do país.

Mesmo com algumas mudanças regionais que demonstram os questionamentos em face a limitação do projeto neoliberal exemplificadas pela onda de manifestações populares que tomaram conta dos países da região em 2019, os efeitos da pandemia também se constituem enquanto desafios, principalmente, para o novo governo de Alberto Fernandez na Argentina.

As mudanças políticas nos EUA com a eleição do democrata Joe Biden após uma acirrada e controversa disputa com Donald Trump, não necessariamente representam um grande salto para as relações interamericanas, principalmente, no tocante à Venezuela. Algumas posturas mais controversas do Trumpismo serão revogadas ou reformuladas, como, por exemplo, a situação de imigrantes, as relações com a comunidade islâmica ou a questão do muro entre Estados Unidos e México. Quanto ao Brasil, talvez, alguns problemas diplomáticos já podem ser esperados entre a administração Bolsonaro e o governo do Democrata recém-eleito.

Ainda é bastante cedo para avaliar a extensão dos desafios de um novo governo nos Estados Unidos, principalmente, após a invasão do Capitólio em 06 de janeiro de 2021 e com os passos ainda necessários para a contenção da pandemia. O fato é que, após anos de desgaste das instituições democráticas no hemisfério, os anos de 2019 e

2020 deram importantes sinais, e, Bolívia, Argentina e Venezuela seguem como pontos de resistência da herança progressista que marcou a primeira década do novo milênio na América do Sul. Mesmo assim, isto não é o suficiente para identificarmos um novo consenso, ou a formação de um novo eixo a substituir o que Argentina, Brasil e Venezuela foram e representaram para suas sociedades e para a região, no início deste século. Ainda existem muitas fragilidades para as democracias da região, as manifestações de 2019 não resultaram em profundas mudanças, salvo o Chile que deu início e prosseguimento à mudança constitucional. Os espaços de articulação regional foram duramente enfraquecidos durante a guinada à direita, e os desafios interpostos pela pandemia e pelas queimadas na Amazônia já são ilustrativos da falta de coordenação e cooperação entre os países da região. O Brasil enfraquece seu papel regional em meio a um governo despreparado, de uma Política Externa desastrosa e com posicionamentos extremistas que isolam o país na região, de modo a gerar necessidade de distanciamento até de governos de direita, como foi o caso de Sebastian Piñera do Chile. Quanto ao governo Biden, o Brasil ainda amargará mais este isolamento se insistir em posições questionáveis e radicais.

À título de conclusão

Podemos perceber que durante grande parte do século XX, não podemos aferir a existência de estratégias consolidadas entre os principais países da região em torno de uma postura autônoma, condizente com avanços concretos rumo a cooperação e integração regional soberana e enquanto contraponto ao exercício de poder hegemônico por parte dos EUA. A instabilidade política marcada por mudanças de projetos políticos em vigor, divergências entre grupos e setores, sejam econômicos ou parte das forças armadas, em torno de projetos nacionalistas ou seu contrário, bem como, a ocorrência da interrupção da ordem política e institucional vigente por meio de golpes de Estado também foram refletidas nos posicionamentos de diferentes governos em relação aos Estados Unidos. As diferenças políticas entre Brasil, Argentina e Venezuela foram consideráveis. O Brasil amargou uma ditadura militar de vinte e um anos, enquanto a Argentina sofreu dois golpes militares em uma década, tendo uma das mais ferrenhas ditaduras do continente, em pouco mais de quatro anos. Divergindo dos países do continente, a Venezuela estabeleceu uma democracia pactuada. Em termos econômicos as diferenças entre estes três países também chamam atenção, tendo-se em vista que a economia argentina sempre foi mais agrária e menos industrializada que a brasileira, enquanto a Venezuela se beneficiava das benesses de sua indústria

petroleira, como também se afundava nos problemas de uma economia marcada pela chamada doença holandesa. No cenário internacional, Argentina e Venezuela ainda ousaram posturas mais autônomas em relação à condição de superpotência capitalista dos EUA em meio a Guerra Fria. A Venezuela é membro fundador da Organização de Países Produtores e Exportadores de Petróleo, a OPEP, o que é algo considerável.

No pós-Guerra Fria, a América Latina buscou maior articulação e o regionalismo aberto foi uma empreitada interessante em tempos de globalização. Este projeto foi questionado, mas a integração regional foi tema central da política hemisférica, posteriormente alicerçada pelos mais fortes pilares do ciclo progressista. Na atualidade, os consensos se esvaíram. Não é possível identificar estratégias que gerem projetos regionais e até mesmo a questão de alinhamento favorável ou posicionamento contra hegemônico em relação aos EUA se tornou algo controverso diante dos inesperados acontecimentos dos últimos anos e profundos questionamentos, que nos levam a repensar a solidez da democracia estadunidense. O fato é que o novo milênio viu emergir uma importante aliança entre três gigantes sul-americanos, Argentina, Brasil e Venezuela e que a crise política e econômica dos três países é bastante providencial para o jogo das superpotências e para que os EUA busquem rearticular o avanço do neoliberalismo na região ou mesmo garantir facilidade em atingir seus objetivos comerciais na América do Sul.

Referências

BENZI, D. **Alba-TCP**: Anatomía de la integración que no fue. Iago Mundi. Buenos Aires: Iago Mundi. Universidad Andina Simón Bolívar, 2017.

BRASIL; ARGENTINA. Consenso de Buenos Aires. **BBC Brasil**. 16 out. 2003. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031016_integra>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRICEÑO-RUIZ, J.; HOFFMANN, A. R. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 40, n. 1, p. 48-62, 2015.

CERVO, A. L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, jun. 2002.

MARTINS, J. C. Caminhos para a integração social no MERCOSUL no contexto do regionalismo do século XXI. In: Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2, **Anais...** São Paulo, p. 1-16, 2016.

Populismo e articulações no século XXI

Sandra Regina Barbosa Parzianello*

Introdução

Este artigo trata da articulação política no século XXI a partir de alguns modelos de governos tomados como populistas. O fenômeno do populismo constitui um dos temas mais recorrentes tanto na discussão política como sócio científica contemporânea. Usado assiduamente por políticos de profissão e profissionais de mídia de forma pejorativa. Mais do que um estigma, uma marca ou percepção negativa associada a determinados comportamentos, o populismo pode ser significado por um sintoma, um indicativo de que algo não vai bem em alguns países democráticos. Entendemos ser oportuno tratar sobre o fenômeno pela ascensão de governos populistas, de agenda conservadora e ação nacionalista.

Enquanto uma categoria polêmica e obscura, o populismo permaneceu, por isso mesmo, absolutamente capaz de reascender o debate acadêmico, principalmente, pela análise sobre as circunstâncias em que se articula (conforme alguns autores têm explorado nesse século) sobre estilos e sujeitos populistas. Na virada do século XX e início do século XXI, o populismo foi disseminado como uma categoria que elucidava e denunciava governos que usavam e exploravam trabalhadores, a favor da urbanização e industrialização de países como o Brasil, assim como os cooptavam em benefício econômico, limitando a compreensão de interesses e dos reais propósitos do poder.

Delinear um caminho categórico para o populismo é desafiador. As perspectivas se tornaram diversas, sendo que algumas seguiram um espaço tomado pela tradição linguística. Neste trabalho, nos dedicamos a uma breve revisão bibliográfica, alguns recortes sobre o conceito e algumas formas de como possa ser concebido. Balizam a análise, as perspectivas: econômica, ideológica, cultural, discursiva e o próprio nome

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), bolsista (CAPES/FAPERGS). Possui graduação em Comunicação Social; graduação em Ciências Sociais/Ciência Política (Unipampa); Mestrado em Ciência Política (UFPEL). É membro do Grupo de Estudos de Retórica Avançada, integrante do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (Unipampa) CNPq, sócia-fundadora da Sociedade Brasileira de Retórica (SBR); Sócia fundadora da Organización Iberoamericana de Retórica (OIR) e integrante do Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (IdAD/UFPEL).

E-mail: sandrapar@yahoo.com

do líder. Mais especificamente em relação ao populismo do século XXI e sua relação com a democracia, optamos por uma lógica diferente. Neste sentido, a obra de Ernesto Laclau (2013), constitui um movimento de padrão diferenciado, que eleva a condição do povo à capacidade de articulador da lógica do político. A ótica laclauniana torna-se um divisor de águas na literatura em torno do conceito, muito voltado às experiências políticas dos países latino-americanos.

A complexidade do termo diverge a partir das experiências e da ascensão de líderes como a Hungria, a Polônia e o Brasil, por onde vamos procurar compreender a contingência para o debate e os eventos que minam a imagem de sujeitos políticos, os quais figuram enquanto lideranças atuais. Propomos um exercício teórico que pode colaborar na configuração e caracterização sobre esses perfis de governo que obscurecem os pilares da democracia, resultando em crises e deturpando os limites da desejável tolerância. Na mesma medida, buscamos compreender o momento em que os cidadãos endossam ações autoritárias e reacionárias, no modo como exploram o populismo enquanto uma ferramenta política em benefício próprio, com ataques aos oponentes, censurando a imprensa, além de restringir a liberdade no estado democrático de direito e com o aval de boa parte da sociedade.

Em voga, o populismo

A ideia sobre o desaparecimento de um fenômeno político é algo sempre perigoso, arbitrário e, em geral, bastante equivocado. A história revela que a política é feita de ciclos e o populismo faz parte desses vieses tortos e articulados no século XXI. Nesse sentido, esperamos ponderar acerca dos momentos de instabilidade política que caracterizaram as duas primeiras décadas deste século, em particular nessas regiões geopolíticas, assim como os seus desdobramentos sobre os regimes democráticos.

O termo 'populismo' usado de forma pejorativa tem gerado desconfortos e debates instigantes nas Ciências Sociais, em busca de esclarecer sobre sua evolução teórica e tenaz atualidade. O chamado populismo clássico de meados do século XX, em especial na América Latina, foi definido como uma anomalia, como um produto da combinação entre os processos de desenvolvimento econômico industrial e o advento das massas à política daquele período.

Nesse sentido, o debate em ascensão sobre poder e a elaboração do pensamento científico que denotam tais governos de caráter populista, têm tomado conta da agenda política global, incluindo o Brasil, bem como a agenda da imprensa e dos pesquisadores

que se debruçam na análise dos fenômenos relativos ao populismo na contemporaneidade, notadamente, sob o eixo da Teoria Política Contemporânea, bem como a suas articulações diretas com o campo da Filosofia Política. Tomamos o pensamento do teórico político argentino, Ernesto Laclau¹ (1935-2014), como ponto que demarca um horizonte para a teoria do populismo, despojando-o de sua significação particularmente pejorativa.

O panorama da situação política atual no mundo das democracias permite inserir os regimes no contexto de contratempos e em perspectivas de novas conjunturas. Reforçamos a importância de ascender ao debate sem promessas equivocadas como a que generaliza o fenômeno do populismo às lideranças que encontram soluções simples para problemas complexos. O primeiro equívoco seria firmar o pensamento ao desgaste, dados por alguns pensadores que prometem respostas para tudo, como “[...] a maior parte da literatura sobre o tema não resistiu à tentação de atribuir ao populismo um conteúdo social particular” (LACLAU, 2013, p. 39).

Compreender que vivemos em uma sociedade imediatista nos parece um passo razoável no sentido de interpretar o que ocorre a nossa volta. E pela forma como nos consideramos preocupados com as perspectivas da democracia. Nações como a Hungria, sob o comando do segundo governo do Partido Fidesz; a Polônia sob o segundo mandato do PiS e o Brasil, governado por Jair Messias Bolsonaro (sem partido), revelam esforços contrários às demandas necessárias para impedir que realidades políticas sejam subvertidas por meio de governantes devidamente eleitos, seguidores das normas constitucionais, em suas guinadas autoritárias e amparados por um número popular consistente.

Presenciamos uma realidade decadente com cidadãos apáticos frente aos governos que cometem transgressões contra as democracias liberais. Não vimos consenso baseado no pressuposto de que se um governo cometer atos que ameacem a liberdade, como violações constitucionais ou atos que enfraqueçam a democracia, isso resulte na união do povo contra os ataques a ela. Com surpresa, presenciamos falta de reação às violações e incapacidade na avaliação sobre as consequências, ainda que elas pareçam percebidas. Portanto, nem os partidos políticos, nem o povo se mostram conscientes para apontar os flagelos que assombram a democracia, desmerecendo valores tais como a participação, a confiança e a capacidade de representação.

¹ Mundialmente respeitado pelo desenvolvimento da corrente pós-estruturalista de pensamento e batizada como teoria do discurso da Escola de Essex, Inglaterra. Na Universidade de Essex, Laclau fundou e dirigiu o Programa de Ideologia e Análise de Discurso.

Mais do que uma crise das democracias liberais, é preciso lidar com a proliferação de discursos, a retórica em concepções limitadas e as afirmações banais, mas não menos capazes de estabelecer verdades. Concentramos nossos apontamentos a partir do pensamento de teóricos, filósofos e cientistas políticos que se debruçaram sobre os processos democráticos considerando sua ampla diversidade política e social.

Cabe lembrar que apesar do estado de alerta em que vivemos em tempos nebulosos e frágeis, nossas instituições democráticas sinalizam, ainda que timidamente, que estão articuladas para lidar com as adversidades em situações antidemocráticas. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de seus juízes, determinou, conforme a Constituição Federal (CF), que um deputado federal² fosse preso, por transgredir a lei máxima da democracia. O STF³ também fez a União restabelecer, imediatamente, os leitos de UTI para tratamento da Covid-19, desabilitados pelo Ministério da Saúde, que em comparação a dezembro de 2020, foram reduzidos em janeiro e fevereiro de 2021, mesmo diante do avanço trágico da pandemia. Esses fatos remetem aos efeitos de sentido, gerados principalmente com a ascensão de sujeitos políticos da extrema direita como ocorreu no Brasil, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018⁴, como o evento mais significativo de uma crise sistêmica na democracia brasileira, que colocou o povo à mercê do autoritarismo e à subordinação de um líder que se julga como o único e verdadeiro representante, enquanto seus representados passam a lutar, muitos sem oxigênio, pela própria sobrevivência.

No diagnóstico da crise, democracias estão à beira do precipício, acentuado desde a polarização em 2018, mas de radicalismos e crises contemporâneas fecundados a partir do final do século XX e que se fortaleceram muito nos últimos anos.

Pensemos no primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán e seu partido Fidesz que começaram como democracias liberais no final dos anos 1980; e em seu primeiro mandato como primeiro-ministro, entre 1998 e 2002 quando Orbán governou

² O bolsonarista, Deputado Federal, Daniel Silveira, foi detido em 16 de fevereiro, segundo determinação do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, por propagar a adoção de medidas antidemocráticas nas redes sociais, sendo reincidente, por comportamentos que remetem a casos como esse. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/16/moraes-determina-prisao-imediata-de-deputado-que-fez-video-atacando-ministros-do-stf.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

³ A determinação da relatora, também Ministra do STF, Rosa Weber, ocorreu em meio ao negacionismo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), sobre a crise sanitária que já registrava em 04 de março de 2021, mais de 261 mil mortos. Estados da federação previam o colapso, devido à lotação dos leitos de UTI, a falta no incremento às medidas políticas de prevenção e à baixa oferta das doses de vacina.

⁴ Bolsonaro chega à Presidência da República após 28 anos de mandato, enquanto Deputado Federal.

democraticamente. Sua guinada autoritária, depois de retornar ao poder em 2010, foi uma genuína surpresa (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 31).

A ascensão dessas lideranças que se tornam presidentes devido à precariedade e contra o sistema político, desperta a ideia de que o populismo é o vilão da democracia. Poucos sabem o significado do fenômeno, mas todos parecem ter uma definição pré-concebida sobre o líder populista como uma liderança política que, supostamente, venha à cena pública para enganar o povo, que age de modo irresponsável e que critica a forma e a articulação das políticas sociais. Nota-se a necessidade em atentar ao sentido que o termo desperta, onde reside a possibilidade e sintomas do reducionismo democrático com a falta de participação e o indício sobre algo que não está dando certo nas democracias liberais.

Democracias em fragmentos

O cientista político Yascha Mounk⁵ (2019), na obra *O povo contra a democracia*, combina análise política e experiência em pesquisa acadêmica para abordar o sistema da democracia liberal consolidada, o que se torna algo complicado e até temerário ao se considerar as ameaças vindas das lideranças populistas. Apesar de sua análise se dar mais sobre o cenário norte-americano, Mounk também percebe ascensão do populismo com tendência à direita nos países da Europa ocidental, enquanto ameaça aos estados democráticos, principalmente, nos aspectos do nacionalismo e da xenofobia. Na visão do autor, o mundo, que passou por alguns experimentos democráticos, transita pelo caminho do colapso democrático com a tomada do poder por populistas autoritários.

A Hungria, por exemplo, já foi proclamada como um país democrático consolidado, pois, preenchia alguns requisitos básicos como eleições livres e justas, além de sustentar o PIB nacional em elevação. Até a entrada deste século, a Polônia, por sua vez, revelava coragem em lutar por demandas políticas e sociais com ação das ONGs, associações e até clubes esportivos, uma imprensa fiscalizadora do governo e investigativa, principalmente, sobre os escândalos de corrupção.

Entre 1990 e 2005, o governo da Polônia trocou de mãos por meio de eleições livres e justas cinco vezes. O PIB nacional sextuplicou, ultrapassando com folga

⁵ Teórico alemão, professor da Universidade Johns Hopkins, nos EUA.

o limite de 14 mil dólares per capita em que as democracias supostamente são consideradas estáveis (MOUNK, 2019, p. 153).

O desapresso às normas democráticas foram tomando espaço e o recuo democrático apresenta sintomas em todo o mundo em casos como da contundência autoritária do líder, Jaroslaw Kaczynski, ao desafiar a Suprema Corte da Polônia e pelo sucesso das investidas autoritárias do primeiro-ministro, Viktor Orbán, devido à inexpressiva resistência do partido governante.

Na Hungria, por exemplo, o governo Orbán aumentou o número total de membros da Corte Constitucional, mudou as regras de nomeação, de modo que o partido governante Fidesz pudesse indicar sozinho os novos magistrados, e encheu a corte de partidários. Na Polônia, o Partido da Lei e da Justiça, governante, teve várias de suas iniciativas bloqueadas pelo Tribunal Constitucional (...) entre 2005 e 2007. Quando retornou ao poder, em 2015, o partido tomou medidas para evitar perdas semelhantes no futuro (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 83).

O desgaste democrático acentuou a ineficiência do regime e a mídia passou a fazer uso, em larga escala, da categoria do populismo, no sentido de fundamentar tais fenômenos políticos, o que em boa medida também capacitou os cidadãos, a ponto de torná-los especialistas sobre o tópico nas redes sociais. Paralelamente à inserção das chamadas fake News, que proliferam falsas verdades, essas articulações afetam a vida desses cidadãos, influenciam a participação e a capacitação para compreender a política, fazendo dessa ressignificação, uma janela para se olhar a democracia.

Nota-se que o populismo está espalhado em todo o cenário político global, onde não temos sujeitos apenas de direita, mas também de esquerda. A popularidade do presidente eleito na França, em 2017, Emmanuel Macron, por exemplo, o marcou como um populista de centro. Percebemos que ao longo do século passado, os populistas sempre foram tomados como aqueles que criticavam as elites e as instituições. As democracias, por sua vez, não interagiram de modo eficaz, nem promoveram a participação política, e dessa forma chegamos ao século XXI com o discurso que os populistas que criticam, representam perigo à democracia.

A crise das democracias encontra, no fenômeno do populismo, um inimigo conveniente para o combate, por ser construído discursivamente como iliberal e contrário ao livre mercado, porém, as coisas não são tão simples em sua explicação e ocorrência. Na luta e disputa pelo poder, os populistas de oposição criticam governos e outros partidos, mas principalmente, alegam que eles próprios são os representantes

do povo ou da chamada maioria silenciosa. Nessa constituição simbólica, os outros no poder são sempre ilegítimos, levando a questão à dimensão do pessoal e da moral, alegando que os antagonistas são corruptos. Logo, todos os populistas se envolvem em retóricas extremistas.

O fato é que as crises das democracias liberais são experiências contingentes, já que tudo depende do lugar de onde se fala. O filósofo e historiador político, Jan-Werner Müller⁶ (2016), aponta que há uma arte populista de governar, de cunho autoritário, preocupada com a gestão dos governos e não só com as “guerras culturais”. Conforme Müller, autor da obra *O que é Populismo?* (2016), há uma situação de “todos contra um, um contra todos”, que pode confirmar o discurso populista de que o *establishment* está fechando fileiras contra os recém-chegados para preservar os próprios privilégios corruptos.

Müller, numa linguagem coloquial, se apresenta contra o populismo ao tomar esses líderes como autoritários. A questão é que as decisões de relevo são tomadas por funcionários não eleitos, chamados tecnocratas, o que agrava o problema. Müller (2016) afirma que, da mesma forma como populistas alegam que a vontade do povo é uma só, os tecnocratas entendem que só existe uma solução correta para cada problema e lembram o lema: “Não há alternativa”, numa referência à dama de ferro, Margaret Thatcher, sobre as reformas liberalizantes que ela protagonizou na década de 1980.

Exemplos como esse influenciam os europeus. Hoje, boa parte da população que não se sente representada ou até mesmo ignorada, está vulnerável aos apelos populistas. Portanto, populismo e lideranças autoritárias tornam-se termos, discursivamente, equivalentes. Conforme Müller (2016), os populistas no poder são os eleitos com o apoio popular, uma marca que os bons chegam ao poder, o que se revela ser ficcional na ideia de povo no poder, pois, o eleito é autoritário.

Nessa perspectiva, Müller⁷ (2016) aborda a temática enquanto uma forma de política identitária, mensurável e reconhecida por suas manifestações, mais especificamente no caso do populismo europeu e dos americanos. Segundo o autor, o populismo é a sombra da política representativa e uma ameaça à democracia, num esforço em reafirmar a confiança na racionalidade e na contra argumentação como um meio para se fazer a diferença numa democracia. A crítica do autor paira sobre as

⁶ Cientista alemão, professor da Universidade de Princeton (EUA) desde 2005, está escrevendo um novo livro sob a proposta de revigorar os partidos políticos e a imprensa, que considera pilares das democracias liberais, porém, ambos em crise.

⁷ Müller situa o tema na fronteira entre a história do presente, a teoria política e o ativismo cívico, em defesa da democracia que dá sinais da desconstrução do seu ideal em muitas regiões do mundo.

intencões e o combate às medidas de austeridade adotadas em vários países, nos últimos anos, pelo populismo de esquerda. O autor contextualiza que o populismo reclama um monopólio moral de representação do povo e que a demagogia está no conteúdo político, em argumentos enganadores e nas falsas promessas, portanto, nem todos os populistas são necessariamente demagogos, assim como nem tudo o que os populistas argumentam é mentira. Mesmo assim, para o autor, o populismo baseia-se numa mentira: a de que há um povo unido e homogêneo e de que só os populistas o representam.

O caso brasileiro sob aspectos teóricos

No Brasil, não temos essa ideia de nacionalismo, pois, há outras bandeiras como o combate à corrupção. Ainda assim, falar em crise das democracias é falar sobre o Brasil e o mundo. O atual estágio da democracia e de suas formas de superação provocam articulações para muito além da concepção clássica do processo democrático, numa referência à criação do filósofo político Norberto Bobbio (2006). Da própria pandemia, emergiram demandas sociais emergenciais, as quais exigiram mais das políticas assistenciais.

São preocupações analíticas como essas que requerem uma nova leitura dessa temática. A democracia passa a se projetar em diferentes possibilidades sobre a política e o político, assim como possíveis encontros e cruzamentos. Mounk (2019) tem reunido esforços para explorar e acumular dados que analisam o fenômeno do populismo pela noção dos líderes autoritários, assim como na relação democracia *versus* capitalismo. Sua análise recai sobre as crises em torno do republicano Donald Trump, sem desconsiderar que o populismo seja um elemento que compõe a democracia, pois o político populista sempre compôs esse cenário. A sua lógica divide opiniões por despertar consequências inerentes às demandas de insatisfações sociais, por gerar medos e incertezas.

Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do *demos*, defendendo, de modo implícito, que a consideração política é devida a alguns cidadãos, mas não a outros. Estão, nas palavras precisas de Jan-Werner Müller, reivindicando um “monopólio moral da representação” (MOUNK, 2019, p. 62).

Na visão do autor, a figura do demagogo acaba sendo suportável mesmo quando existem alterações claras sobre o desvio dos valores democráticos, já que as instituições são compostas por políticos e burocratas que por conveniência e, ou, covardia, não

utilizam as ferramentas legais para impor barreiras a determinados protagonismos, o que empodera o populismo enquanto projeto político de um partido que goza de audiência entre os cidadãos, tornando-o uma ameaça real ao regime democrático. Logo, temos casos que ilustram a composição institucional mais recente na Europa e de grande crescimento no século XXI, lembrando que essas experiências populistas se ligam às políticas excludentes, xenófobas e, não raras vezes, racistas.

[...] em todos esses países, populistas de extrema direita celebraram um sucesso sem precedentes nos últimos anos ao proclamar que estavam do lado do povo. De fato, a votação dos partidos populistas europeus de esquerda e de direita mais do que dobrou nas últimas décadas (MOUNK, 2019, p. 52).

Mounk (2019) destaca o termo populismo na intenção de descrever algum tipo de comportamento e chega a estabelecer este como um elemento desestabilizador da democracia. Sem dúvida, é um dos elementos que compõem o cenário contemporâneo em meio às crises da democracia, porém, nos parece não ser o melhor argumento para dar conta da complexidade do problema.

Mesmo nos países latino-americanos como o Brasil, nota-se a presença de sujeitos e movimentos sociais hostis à democracia e ao diálogo. Politicamente, eles sempre existiram. Nas eleições de 2018, vimos que as pessoas são democráticas pela confluência de interesses a partir de suas próprias demandas, que assumem na contemporaneidade, tendo em vista o momento e a contingência que permitiram a ascensão de um governo autoritário pela via institucional e democrática.

Portanto, na análise de Mounk (2019), o populismo produz democracias iliberais associadas ao advento de sociedades liberais não democráticas que, na opinião do autor, carregam o peso e a redução da decisão popular sobre o governo, diferentemente do que ocorreu em décadas anteriores. De modo geral, muitos sujeitos políticos se dizem preocupados com o povo, com os direitos dos cidadãos e com a vida daqueles que, a cada dois anos, depositam seu voto na esperança e na sede de mudança por uma vida melhor.

Mounk (2019) elabora a ideia de populismo enquanto algo que pode representar perigo ao sistema político, uma vez que o discurso do povo não tem condições de se sobressair ao poder e aos governos já postos, mas, o descontentamento prevalece e pouco ou nada trazem de resultados concretos às vidas das pessoas. Na visão do cientista político, as experiências populistas são particulares a cada país, onde a

economia está bem e a imigração é um problema; assim, o populismo de direita é mais forte.

A politóloga belga, Chantal Mouffe (2019), elabora uma linha de pensamento mais progressista e ao mesmo tempo revela o que há de bom no regime democrático. Enquanto expoente da Teoria do Discurso pós-estruturalista, junto com o seu companheiro de vida e obra, Ernesto Laclau, Mouffe compreende que a política é filosoficamente compreendida na retomada dos limites e das ambiguidades da categoria da hegemonia, apresentada por Antônio Gramsci, ao considerar a análise de discurso enquanto escolha metodológica que possibilita analisar os processos de luta no jogo político. Neste caminho, compreende identificações políticas enquanto fenômenos da política, pelo corte antagônico e significativo que se constitui como um momento da política e da própria impossibilidade de um modelo democrático.

Conforme Laclau e Mouffe (2015), o caráter contingente das condições históricas, principalmente pela observação da emergência de diferentes antagonismos, não reduzidos somente para a esfera econômica e a fragmentação das posições de sujeito, acabam por manter a ideia da esfera econômica como fundamento último das práticas hegemônicas. Práticas as quais buscam respostas emergentes às crises, como de legitimidade, experiências autoritárias ou de radicalização da democracia, surgidas como alternativas de resgate do *demos*, esquecido pelos regimes democráticos.

Mouffe (2019) parece retomar a obra de Laclau, *A Razão Populista* (2013), como um guia. Dessa forma, o populismo é uma estratégia discursiva de constatação política que estabelece uma fronteira antagônica, em que dois campos estão constituídos: os “excluídos” e o “poder”. Portanto, o populismo sugere ser uma estratégia discursiva emancipatória, em que os explorados se colocam contra quem detém o poder.

Democracia não é simplesmente, o poder do povo. Quando nos deparamos com o populismo, é preciso entender a construção política de um povo, numa relação direta com a democracia. Conforme Mouffe (2019), discursivamente, o populismo é a construção política de um povo contra o inimigo, o poder e a oligarquia. Já o povo, no geral, se classifica como sendo os mais fracos e oprimidos, em lugar que depende da conjuntura política, quer seja na direita, em que o povo é xenófobo, ou na esquerda, onde o povo é inclusivo. Cabe ressaltar que, ontologicamente, o populismo não tem uma só formação e não é antidemocrático, conforme afirmam os liberais. Em tempo, ainda que ligado a uma experiência, não sugere elementos como um modelo.

Percebe-se que os autores foram compondo um universo do menos para o mais progressista. A temática gera essa oportunidade para a reflexão e vida acadêmica, num

momento de reconfiguração da democracia liberal. Também no aspecto histórico temos uma reavaliação dos sentidos da democracia, que se tornou uma questão fundamental para tratar sobre o sujeito e cidadão na contemporaneidade.

A precariedade normativa que o conceito de democracia enfrenta atualmente e a própria contingência dos escândalos corriqueiros, parecem se converter em norma no interior de nossas frágeis instituições democráticas. Os indícios se resumem ao perigo dessa forma de colonização cada vez mais devastadora do espaço político pelas leis de mercado e a falsa crença de que liberdade individual corresponde à liberdade econômica, assim como as violações sistemáticas aos direitos humanos.

Na contemporaneidade, assim como ao longo dos processos históricos, o contexto e as experiências específicas em cada país revelam crises e experimentos democráticos com formas particulares de democracia, como a liberal especificamente. Portanto, as abordagens apresentaram diferentes causas para a crise, assim como cada autor projeta possíveis soluções, capazes de estabelecer um diálogo complementar e/ou crítico dadas as construções teóricas.

As democracias contemporâneas vivem hoje do que Mouffe chama de “momento populista”, que precisa ser considerado e enfrentado por um melhor entendimento do impreciso e polissêmico conceito que envolve os fenômenos e os sujeitos das democracias. Compreender essa anatomia do populismo e as diferentes abordagens dessa categoria é uma tarefa recorrente.

Conforme os autores, é possível afirmar que a democracia provoca considerar fenômenos e categorias políticas que assumem muitos sentidos e significados, que variam no tempo e no espaço, de acordo com a contingência e os sujeitos políticos que estão envolvidos. Categorias como democracia, liberdade e igualdade carregam tensões inerentes aos processos históricos.

As crises carregam esses efeitos, levando a formas de autoritarismo, que podem culminar e desconstruir os mecanismos de freios e contrapesos da democracia [relacionados à harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário]. As abordagens reforçam que a democracia permite essas experiências e que precisamos passar por elas, assim como pelas experiências populistas de concepção de democracia.

Portanto, os mecanismos eleitorais estão presentes para garantir, dadas as possibilidades, a expressão e a vontade do povo. O que vimos é que, se por um lado os populistas tensionam o debate político, também é verdade que colocam o dedo nas

feridas, nas fissuras que o próprio sistema se permitiu expor, elementos que constituem o jogo democrático e que também abrem espaço para a participação.

As crises da democracia levaram lideranças populistas ao poder em diversos contextos e países. Muito por ocasião de um certo desencanto democrático, resultado do próprio impasse das democracias liberais representativas e o fenômeno populismo oferece respostas. “Não admira, portanto, que propostas de reformas institucionais que tornem a “voz do povo” mais alta e medidas de “democracia direta” dominem a agenda institucional populista” (PRZEWORSKI, 2020, p. 100). É fato que essas respostas são muitas vezes simplistas, ficcionais, mas foram tomadas por um sentimento, na maioria das vezes, atrelado a um nome.

Portanto, criticar o populismo implica também criticar as condições que permitiram a expansão desse fenômeno pelo mundo. As sociedades observaram que mesmo nas democracias, as desigualdades aumentaram, que os mecanismos de redistribuição de renda foram falhos e que as demandas da vida real foram desconsideradas, perante os desafios de uma nova economia baseada na tecnologia, na informação e no conhecimento. Esse populismo tem como principal fonte de acesso e expansão social as próprias falhas e impasses das democracias liberais.

Considerações

Este artigo se propôs a pensar a política como ela é, na sua contingência e a partir de alguns governos que resignificam o poder e os pilares das democracias liberais. Apesar de soar controverso, o fenômeno populismo permite realizar alguns recortes a fim de desvelar os sentidos predominantes em voga e problematizar a sua relação com a democracia. Se, por um lado, o populismo é tomado como um fardo negativo, também é verdade que o fenômeno reflete uma pertinente crise hegemônica.

A articulação populista é que dá origem à constituição de um sujeito político contemporâneo que, diante das crises sistêmicas, emerge como uma expressão forte, em um cenário de incerteza, fissura ou declínio. Nossa abordagem consistiu em breves recortes sobre a compreensão do panorama e da crise das democracias, de modo a realizar um exercício necessário, visto que envolve a vida dos sujeitos, os excessos políticos e a conjuntura da política global.

Conforme vimos, Müller (2016) e Mouffe (2019) elaboram abordagens políticas contrárias. Constituem manifestos e argumentos antagônicos, a ponto de Müller criticar Chantal Mouffe em sua obra. Müller aborda o fenômeno populista de

governança que não defende excluir os populistas, mas, dentro dos limites da lei, se faz necessário saber lidar com esses sujeitos políticos, pois, em uma democracia, eles representam de fato setores da população que estão insatisfeitos com o *status quo*. O autor afirma ter confiança na contra argumentação, como forma para se fazer a diferença na democracia, mas, também critica aqueles que pretendem combater as medidas de austeridade adotadas em vários países nos últimos anos com um “populismo de esquerda”.

Para Muller (2016), é preciso um meio que inclua aqueles excluídos sem alienar os demais, inclusive os mais ricos, sempre capazes de “sair do sistema”. Quer dizer, buscar alternativa para um novo contrato social, que pode ser construído pela justiça, além do equilíbrio fiscal. O autor traz à luz um debate oportuno, sendo tratado em outros contextos nacionais e acadêmicos, além da proposta para se discutir a questão da representação política e das dificuldades que ocorrem mesmo nas democracias consolidadas.

Por sua vez, Yascha Mounk (2019) refuta, mas ao mesmo tempo admite que o populismo é democrático, mesmo tendo ele uma linha liberal norte-americana. Nesse sentido, o populismo visa dar voz às pessoas que estão fora do consenso. O que temos de mais exato são as críticas ao populismo, na maioria vagas e imprecisas, mas que fazem parte do jogo político. Portanto, o consenso é algo complexo e precisamos pensar sobre ele.

Finalmente, as contribuições de Mouffe vêm reforçar os estudos da teoria política quando suas reflexões recaem na relação antagônica, conforme compreendido por Ernesto Laclau (2013), em que se constitui um inimigo na política. Para a autora, a noção tem origem em um fundamento do conflito político e que se encontra na existência de um elemento de hostilidade entre os sujeitos. Portanto, ao compreender a natureza diversificada das relações sociais, e nelas as condições para a possibilidade e o surgimento de conflitos em determinados lugares do social, a politóloga estabelece as bases para a defesa da teoria política, que, ao contrário da perspectiva liberal, sustenta a importância do dissenso numa sociedade democrática.

A virada da chave sobre o populismo implica ampliar o olhar e abordar o campo intrínseco da realidade que se articula em torno do fenômeno e isso envolve o regime democrático. O populismo se articula porque não temos outra forma para as questões que envolvem a precariedade e as intempéries que sinalizam as transições e o amadurecimento das democracias liberais. Portanto, “o populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político” (LACLAU, 2013, p. 28).

No entanto, as análises sobre os populismos históricos merecem ser percorridas pela perspectiva de leitura economicista e, progressivamente, substituída por abordagens políticas. Os populismos do século XXI geram uma renovação da literatura em torno da categoria que tem buscado avançar rumo a uma maior neutralidade e, se possível, sintetizar perspectivas, percebendo uma coexistência de fenômenos diversos e sob articulações das múltiplas teorias que se aproximaram dele e do caráter eminentemente político.

Referências

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LACLAU, E. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. Tradução de Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MÜLLER, J.-W. **What is populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Editora CLAE

2021